

11/10/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Enem com provas mais baratas](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Formar professores para a profissão](#)

[Perfil médio de conselheiro tutelar em SP é mulher, estudou até o ensino médio e foi reeleita](#)

[Eleição para conselho tutelar lança luz sobre atuação de evangélicos em espaços públicos](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A âncora da educação](#)

[Vinculações orçamentárias](#)

[Bolsonarismo domina conferência de direita](#)

UMA ARMA ANTICÂNCER NO PRÓPRIO CORPO

[Entidades repudiam ataques de ministro a repórter](#)

O GLOBO - RJ

[Renda das licitações favorece desbloqueio de verbas públicas](#)

[Sem ação do governo, Fundeb ganha novas propostas na Câmara](#)

[Enem: Weintraub promete 'prova sem polêmicas'](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[MEC garante realização de Enem na data marcada](#)

Revistas

VEJA - SP

[Na escola do século XXI, o aluno é o protagonista, diz Jorge Paulo Lemann](#)

Imprensa Estadual

A UNIÃO - PB

[Instituições não reconhecidas pelo MEC são condenadas](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Ensino a distância é coisa do passado?](#)

Agências de notícias e sites

ARIQUEMES ONLINE

[Capes oferta bolsas de doutorado-sanduíche no Canadá](#)

CARTA CAPITAL - SP

[Acordo com os EUA é o atestado de óbito de nosso Programa Espacial](#)

DIÁRIO DO PODER

[Pesquisa utiliza alternativa simplificada para estabilizar dentadura](#)

FOLHA CIDADE

["Ciência na Escola" premiará melhores trabalhos com Bolsas de Iniciação Científica Jr. do CNPq](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[\[Opinião\] Contingenciamento ideológico](#)

Agências de notícias e sites

BEM PARANÁ

[Capes oferta bolsas de doutorado-sanduíche no Canadá de R\\$ 229,9 mil por ano](#)

BRASIL DE FATO

[UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios](#)

CLICKPB

[Duas faculdades são condenadas a indenizar aluna que fez curso não reconhecido pelo MEC](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA](#)

IMIRANTE

[CAPES seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

JORNAL DIA A DIA

[Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos recebe trabalhos](#)

MAIS PB

[Instituições são condenadas a pagar indenização](#)

METRÓPOLES

[CNPq diz que gastos com aluguéis não atrapalham bolsas de estudo](#)

PARA+

[Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES](#)

PBAGORA

[Abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES](#)

PNB ONLINE

[Plantas do Pantanal reduzem dano ambiental causado por garimpo, aponta pesquisa](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES](#)

T1 NOTÍCIAS

[Capes seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

G1

[MPF entra na Justiça para que MEC refaça a consulta pública sobre o Future-se](#)

R7

[Einstein abre inscrição para pós-graduação em Ciências da Saúde](#)

Imprensa Estadual

AGÊNCIA GLOBO

[CNPq vai voltar para imóvel próprio que está abandonado, diz Marcos Pontes a jornal](#)

A CRÍTICA - AM

[Universidades do Norte receberão R\\$ 12,8 milhões](#)

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[Modelo da prova pode explicar resultados](#)

MEIO NORTE - PI

[Comitê gestor avalia resultados](#)

[Piauí tem R\\$ 2,9 bi estimados do Fundeb](#)

O TEMPO - MG

[MEC lança programa idêntico ao Pronatec](#)

Agências de notícias e sites

A CIDADE ON

[CAPES seleciona bolsas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA](#)

CORREIO WEB

[Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando](#)

INFONET

[Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA](#)

JORNAL UNIÃO

[Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo](#)

R7

[Capes firma parceria com a Universidade de Yale](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Bolsonaro veta exigência de serviço de psicologia em escolas públicas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsonaro veta projeto que determinava serviço de psicologia na rede de educação](#)

CONGRESSO EM FOCO

[Bolsonaro veta exigência de serviço social e atendimento psicológico na educação básica](#)

PORTAL EXAME

[Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas](#)

PORTAL VEJA

[Bolsonaro veta projeto que exige psicólogos em escolas públicas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

Enem com provas mais baratas

Os 10,3 milhões de provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já estão impressas e a caminho dos mais de 10 mil locais de realização. O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram, ontem, que toda a operação terá um custo estimado de R\$ 537,6 milhões. Cada um dos 5,1 milhões de alunos inscritos têm custo aproximado de R\$ 105,52, R\$ 0,61 a menos que no ano anterior.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, salientou que 34% dos custos do exame de 2019 “vêm via pagamento da inscrição, o restante vem do pagador de impostos”. Como disse, 2,1 milhões de inscritos pagaram as inscrições, contabilizando arrecadação de R\$ 179 milhões. O restante dos participantes, cerca de 3 milhões, ficou isento de taxa.

A primeira remessa de provas, com 408 mil exemplares, foi enviada para os locais de mais difícil acesso, na Bahia e Pará, com o processo chamado de “interiorização”. Os estados de Rondônia, Piauí, Pernambuco e Mato Grosso também receberam os exames. Os materiais estavam sob a guarda do 4º Batalhão de Infantaria Leve do Exército Brasileiro, em Osasco (SP).

Para o Enem acontecer no mesmo dia e horário em todas as regiões, são necessários quase 400 mil profissionais envolvidos em todo processo. Apenas a operação de transporte dos malotes reúne 31 mil colaboradores, a maioria de segurança pública. São 4,2 toneladas de papéis em mais de 3 mil contêineres levados em aviões, carretas e barcos. “É uma operação de guerra”, disse o presidente do Inep, Alexandre Lopes. “Agradecemos aos Correios pela entrega das provas e pela logística reversa, de trazê-las de volta para a correção.”

De acordo com o MEC, nenhuma autoridade do governo leu as questões. “Eu não li e o ministro também não. A prova foi como nos anos anteriores, mas a orientação foi focar

no conteúdo. Estamos permanentemente alimentando o banco de itens e, dali, foram escolhidos os mais neutros”, garantiu o presidente do Inep.

A aplicação do Enem digital é a aposta do governo para a redução significativa dos custos da prova. Representa que este ano será o último de aplicação exclusivamente impressa. A partir de 2020, a modalidade on-line começará a ser testada, mas não será obrigatória. “No ano que vem, será uma data digital e uma em papel. Em 2021, serão duas datas digitais e uma em papel. Até 2026, será 100% digital”, explicou Lopes.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Formar professores para a profissão

Precisamos de currículos que preparem de fato esses profissionais para a prática

Estive na semana passada na Romênia, num encontro do grupo Atlantis, que reúne ex-ministros de educação para pensar em agendas conjuntas e aconselhar novos titulares das pastas. Além de funções protocolares, como visitar o presidente da República e aproveitar para instá-lo a ser um defensor da causa da educação de qualidade, e de interessantes discussões sobre o futuro da aprendizagem, aprovamos uma declaração sobre o Dia Internacional dos Professores.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/10/formar-professores-para-a-profissao.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Perfil médio de conselheiro tutelar em SP é mulher, estudou até o ensino médio e foi reeleita

Escolhidos atuarão em casos que vão desde abuso sexual a falta de aulas

São Paulo

Mulher, que estudou só até o ensino médio e que já tinha atuado como conselheira tutelar antes. Esse é o perfil médio dos eleitos para os Conselhos Tutelares em São Paulo, que vão zelar pelos direitos das crianças e adolescentes pelos próximos quatro anos.

No último domingo (6), 145 mil paulistanos votaram nos membros dos 52 conselhos da capital paulista. Cada um elegeu cinco representantes. São 260 conselheiros no total. Por falhas no processo, a eleição terá que ser refeita em Lajeado (zona leste da cidade) e em partes de Pinheiros (zona oeste). Até agora, foi confirmada a eleição de 250 representantes.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/perfil-medio-de-conselheiro-tutelar-em-sp-e-mulher-estudou-ate-o-ensino-medio-e-foi-reeleita.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Eleição para conselho tutelar lança luz sobre atuação de evangélicos em espaços públicos

Religiões têm envolvimento histórico com a proteção e a formação de crianças e adolescentes

Educar filhos e ganhar dinheiro honestamente são as duas coisas mais complicadas da vida, dizia o pediatra dos meus filhos, à época um senhor na casa dos setenta anos de idade. Nunca estendi a conversa sobre o assunto durante a consulta, mas sempre chamou minha atenção o fato de que a luta para ganhar o dinheiro é um dos fatores que roubam tanto a energia quanto o tempo necessários para se obter êxito na formação dos filhos.

As religiões, ao longo da história, criaram estruturas e ritos de apoio às famílias no processo de educação das crianças. A princípio voltadas para a própria iniciação religiosa (batismo, catecismo, primeira comunhão, crisma, escola dominical, bar-mitzvá). Um pouco mais tarde, as religiões abriram escolas e adentraram no campo do ensino secular.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/eleicao-para-conselho-tutelar-lanca-luz-sobre-atuacao-de-evangelicos-em-espacos-publicos.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

A âncora da educação

No México, o novo governo de López Obrador cancelou a reforma da educação do governo anterior, acusado de ter instituído um sistema punitivo de avaliação de mérito dos professores, e decidiu universalizar a educação superior, prometendo a criação de mais cem universidades. Ao mesmo tempo, corta os recursos e cria dificuldades para o funcionamento dos centros de pesquisa mais avançados. A educação pública mexicana é tão ruim quanto a brasileira e o poder dos sindicatos era tal que os professores das escolas públicas eram donos de seus cargos, podendo passá-los para os filhos. A Universidad Nacional Autónoma de México, com mais de 300 mil estudantes, sempre teve uma política de acesso livre e gratuito, gerando graves ineficiências, que os governos anteriores tentaram mitigar.

É um exemplo extremo de políticas populistas que dão prioridade absoluta às demandas da população por credenciais ou títulos universitários e aos interesses corporativos dos professores, deixando de lado as preocupações com qualidade e relevância. A consequência é a inflação dos diplomas, tornando necessários títulos cada vez mais altos para fazer as mesmas coisas, a um custo crescente para a sociedade.

O Brasil nunca chegou a esse extremo, mas o que aconteceu com a educação teve muito dessa filosofia. E não é muito diferente do ocorrido em áreas como saúde e previdência: um grande esforço para recuperar séculos de atraso e compensar as desigualdades expandindo de qualquer maneira a educação, resultando num sistema inchado, custoso, de má qualidade e extremamente difícil de reformar. Hoje, 50 milhões de brasileiros estão matriculados em algum tipo de escola, 60% da população até 30 anos, atendidos por um exército de mais de 6 milhões de pessoas, entre professores, dirigentes escolares, funcionários e outros profissionais. A estimativa mais recente de é que o Brasil gasta perto de 8% do PIB em educação, incluindo os gastos privados, proporcionalmente mais do que todos os demais países da América Latina e muitos países desenvolvidos.

Uma justificativa para esse grande esforço é que a educação seria a principal alavanca para sair da armadilha da renda média, em que estamos atolados. De fato, as pessoas

mais educadas ganham mais, supostamente porque têm competências que o mercado de trabalho valoriza, e países em que a população é mais educada são mais desenvolvidos. No entanto, no Brasil a produtividade manteve-se estagnada ao longo das últimas décadas. Uma das razões é que a educação cresceu dando prioridade às demandas por credenciais – diplomas – e às reivindicações corporativas do setor, em detrimento da ênfase no mérito e nas competências. Como vários estudos recentes têm demonstrado, não basta aumentar a escolaridade para que a produtividade aumente. É preciso que a educação seja de qualidade, o que não tem ocorrido de forma satisfatória.

A outra justificativa é que a educação aumenta a mobilidade e reduz a desigualdade social. Mas nem sempre mais educação leva a esses resultados. Em quase todo o mundo, ao longo do século 20, houve um grande crescimento das cidades, da economia e do setor público. A expansão da educação, que acompanhou esses processos, fez com que as elites tradicionais se modernizassem e pessoas mais pobres, imigrantes e de minorias, se beneficiassem das novas oportunidades que foram sendo criadas. A insistência no mérito como critério para acesso às novas oportunidades de estudo e avanço nas carreiras foi fundamental para garantir que as melhores posições não fossem monopolizadas pelas elites tradicionais.

Mas não foi uma vitória absoluta. Existe uma forte relação, difícil de ser superada, entre desempenho escolar e origem social; e, além disto, a educação é um bem “posicional”, ou seja, os benefícios de cada um dependem em grande parte da posição relativa que ele tenha em relação aos demais. Como no futebol, só há lugar para poucos na primeira divisão.

Quando o processo de urbanização se esgota, os custos do sistema de bem-estar social chegam a seu limite e a economia para de crescer, como no Brasil de hoje, a expansão da educação deixa de ser um jogo em que todos ganham, ainda que desigualmente, e se aproxima de um jogo de soma zero, em que os que ganham o fazem à custa dos ficam para trás.

Isso leva a conflitos intensos pelas credenciais acadêmicas, numa combinação perversa de reservas de mercado profissional para os mais educados e políticas populistas de estímulo ao acesso livre ou facilitado ao ensino superior. Por um lado, o acesso ao ensino superior passa a ser visto como direito de todos, os requisitos mais tradicionais de desempenho no acesso e nos estudos passam a ser substituídos por critérios sociais, e a conquista dos diplomas passa a ter precedência sobre o desenvolvimento de competências. Por outro, cada vez mais é preciso uma pós-graduação ou passar num concurso público extenuante para conseguir um bom emprego, e milhares de formados em Direito nunca passarão o exame da OAB. Milhões se inscrevem no Enem tentando chegar ao ensino superior e não conseguem, muitos dos que entram abandonam antes de terminar e grande parte dos formados acaba trabalhando em atividades de nível médio.

A solução não é voltar o relógio do tempo, restringindo o acesso ao ensino superior e controlando mais rigidamente o exercício das profissões universitárias, mas, ao contrário, é criar mais alternativas de formação de nível médio e superior para atender a pessoas de diferentes perfis, reduzindo a pressão sobre os títulos acadêmicos, e quebrar os monopólios profissionais que excluem arbitrariamente pessoas com níveis de formação diferenciados do mercado de trabalho.

A âncora da educação devem ser as competências, e não os diplomas que possam aparecer nos currículos.

O foco devem ser as competências, e não os diplomas que possam aparecer nos currículos

***SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS**

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Vinculações orçamentárias

Governo terá menos margem para gerenciar as despesas no Orçamento de 2020.

Na quarta-feira passada, o Congresso aprovou o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as prioridades do governo para 2020. O texto irá agora à sanção presidencial. Em tese, a LDO deve orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). No entanto, como se tornou recorrente, o Legislativo aprovou a LDO depois de o Executivo enviar ao Congresso a proposta orçamentária para o ano que vem. Esse atraso limita consideravelmente o caráter orientador da LDO sobre a lei orçamentária.

De toda forma, a LDO dispõe sobre a execução orçamentária. E no texto aprovado pelo Congresso há pontos preocupantes, que engessam ainda mais a execução do orçamento. O Congresso ampliou as despesas imunes a contingenciamento. São os gastos previstos no orçamento que o governo não poderá deixar de executar. Assim, em 2020, o Executivo terá menos margem para gerenciar as despesas.

O Congresso proibiu, por exemplo, o contingenciamento de todas as despesas relativas à função Educação. Assim, em 2020, não apenas as dotações do Ministério da Educação serão preservadas, como todas as ações de outros Ministérios na área educacional também não poderão ter suas despesas contingenciadas. Isso limita fortemente a gestão do orçamento por parte do Executivo.

O projeto da LDO de 2020 aprovado pelo Congresso estabelece ainda outros 14 itens cujas verbas não poderão ser contingenciadas. Entre eles, estão investimentos destinados às Forças Armadas, como o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e o Programa Nuclear da Marinha (PNM); as despesas relativas às ações para desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; dotações destinadas à segurança pública, relativas às polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal e às ações do Plano Nacional de Segurança Pública; as dotações para aumento de capital de empresas estatais não dependentes, como a Eletrobrás.

A ampliação das proibições de contingenciamento mostra que o debate sobre orçamento público no País está ainda muito distante de um mínimo de razoabilidade. Continua persistindo a equivocada ideia de que investir recursos em áreas essenciais, como educação e segurança, é sinônimo de gasto público bem feito. Caberia, portanto, ao Legislativo o papel de preservar as áreas importantes dos cortes do Executivo, com a proibição do contingenciamento. Trata-se de um engano. Pode-se gastar muito mal o dinheiro público mesmo quando ele é destinado, por exemplo, à saúde e à educação. Isso ocorre quando os recursos são investidos em um projeto educativo mal feito, com

erros de planejamento e de execução.

Não basta, assim, impor a obrigatoriedade dos gastos em áreas socialmente relevantes. Em geral, essa imposição é prejudicial à eficiência dos investimentos públicos. Assegurar automática e rigidamente recursos para determinada área, sem considerar as necessidades reais e, sobretudo, a qualidade dos projetos para os quais esse dinheiro será destinado, é estímulo para a ineficiência. Mais do que impor gastos, a prioridade de algumas áreas deve levar a uma maior exigência da qualidade dos projetos que receberão recursos públicos.

Neste ano, o debate no Congresso sobre o contingenciamento das despesas do orçamento de 2020 teve ainda um elemento complicador adicional. O governo federal realizou, sem o devido cuidado político, contingenciamentos de verbas relativas ao Ministério da Educação. Em mais de uma ocasião, o corte foi defendido com bandeiras ideológicas. Isso não apenas acirrou o ânimo de opositores, como gerou a impressão de que estava havendo uma gestão político-partidária de recursos da educação.

Contingenciamento de despesas é sempre uma ação politicamente sensível, exigindo cuidado em sua execução. Um contingenciamento necessário, mas politicamente mal realizado, pode dificultar ainda mais a gestão orçamentária, tendo em vista as inúmeras reações que acarreta. Foi, infelizmente, o que ocorreu neste ano.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Bolsonarismo domina conferência de direita

Evento realizado hoje e amanhã em São Paulo é financiado pelo instituto Indigo, a fundação do PSL, que recebe recursos públicos

O Brasil entra no circuito mundial da direita com a realização da CPAC (Conservative Political Action Conference), o maior evento conservador dos EUA, pela primeira vez no País, hoje e amanhã, em São Paulo. Diferente da matriz, que abre espaço para diversos setores da direita, a versão brasileira será circunscrita ao bolsonarismo. O protagonismo será da chamada “ala ideológica” ligada ao escritor Olavo de Carvalho. Possíveis adversários do presidente Jair Bolsonaro no campo conservador, como os governadores de São Paulo, João Doria (PSDB), e do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), não vão participar. A pessoas próximas, Doria chegou a demonstrar interesse, mas não foi convidado. Witzel, segundo a organização do evento, alegou dificuldades de agenda. Ambos são vistos pelo Planalto como possíveis adversários de Bolsonaro na eleição de 2022.

O presidente é esperado na abertura do evento. Assessores dizem que ele deve usar a conferência para dialogar com seu eleitorado mais fiel e pode radicalizar o discurso. O presidente do PSL, Luciano Bivar, teve o nome excluído da lista de participantes anteontem, em meio à disputa com Bolsonaro pelo controle do partido.

Dos quatro ministros que vão participar das mesas, apenas Onyx Loizenoni (Casa Civil) não foi indicado por Olavo. Os outros são Ernesto Araújo (Relações Exteriores), Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e Abraham Weintraub (Educação).

A realização da conferência no Brasil é parte de uma tentativa de expansão global da ação política conservadora. Antes restrita aos EUA, onde é feita desde 1973, este ano a

CPAC terá versões também na Austrália, Coreia do Sul, Japão e Irlanda.

Ao todo a conferência terá 27 palestrantes, nove deles estrangeiros. Os destaques são Matt Schalpp, presidente da American Conservative Union (ACU, União Conservadora Americana em inglês); e o senador republicano Mike Lee, que já foi chamado de “o senador mais conservador dos EUA”.

Cofres públicos. A expectativa dos organizadores brasileiros, liderados por Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), é reunir cerca de 1.200 pessoas nos dois dias de evento. No Brasil a participação é gratuita, ao contrário dos EUA, onde os ingressos custam de US\$ 55 (R\$ 226) a US\$ 5.750 (R\$ 23,6 mil).

A organização é da ACU e da fundação Instituto de Inovação e Governança (Indigo). Vinculado ao PSL, o instituto vai arcar com todos os custos, sem patrocinadores. O Indigo é financiado com verbas do Fundo Partidário, ou seja, dos cofres públicos. No ano passado recebeu cerca de R\$ 1,8 milhão. Este ano, com o crescimento do PSL, a expectativa é que o Indigo receba R\$ 16 milhões. O presidente do instituto é Sergio Bivar, filho de Luciano. Segundo a assessoria da CPAC Brasil, ele não participa da organização. Sergio foi procurado mas não respondeu. A organização não divulgou o custo do evento mas informou que “haverá transparência total tão logo finalizadas todas as despesas”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE UMA ARMA ANTICÂNCER NO PRÓPRIO CORPO

Com expectativa de vida de menos de um ano, aposentado de Minas se tornou 1º na América Latina a se submeter a tratamento criado no Hemocentro do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto; outros dez pacientes devem ser testados nos próximos meses

RIO

Com expectativa de vida de menos de um ano, um aposentado de Minas se tornou o 1.º a se submeter a um tratamento contra o câncer que usa as células do paciente. Criada em SP, terapia apresenta resultados promissores.

Um funcionário público aposentado de Minas se tornou a primeira pessoa na América Latina a receber uma nova terapia celular que vem revolucionando o tratamento do câncer nos Estados Unidos e na Europa. Menos de 20 dias depois de ser submetido ao tratamento feito a partir das próprias células, o paciente já apresentava remissão da doença.

Vamberto Luiz de Castro, de 62 anos, estava em estado grave, com um linfoma avançado que não respondia a nenhum dos tratamentos convencionais usados contra a doença. Desenganado pelos médicos, com uma expectativa de vida de menos de um ano, ele foi submetido em caráter experimental à terapia, no dia 9 de setembro.

A alta de Castro está prevista para este fim de semana. “Os gânglios no pescoço do paciente desapareceram, ele parou de tomar morfina para dor, ganhou três quilos, voltou a andar”, contou o hematologista Renato Cunha, diretor do Centro de Transplante de Medula do Hemocentro de Ribeirão Preto (SP), um dos responsáveis pela experiência. “Temos todos os sinais de que o organismo respondeu; ou seja, conseguimos provar o conceito e mostrar que funciona muito bem.”

Desenvolvimento. Tão importante quanto a melhora significativa do estado de saúde do paciente é o fato de a terapia ter sido inteiramente desenvolvida no Brasil, no Centro de Terapia Celular (CTC-FapespUSP) do Hemocentro, ligado ao Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Com isso, o País se torna um dos poucos do mundo a dispor desse tipo de tecnologia.

A expectativa agora é de que o tratamento seja testado ao longo dos próximos seis meses em pelo menos outros dez pacientes e, no futuro, esteja disponível gratuitamente no Sistema Único de Saúde (SUS).

O tratamento usado pela primeira vez em São Paulo é feito com células T (do sistema imunológico) retiradas do próprio paciente e geneticamente modificadas. A função original dessas células é combater doenças. No entanto, muitos tumores conseguem driblar esse mecanismo de defesa natural do organismo, tornando-se “invisíveis”.

“É como se as células de defesa ficassem cegas para elas, que conseguem, então, se proliferar”, explicou Cunha. “Quando fazemos a alteração genética, as células de defesa voltam a ‘enxergar’ as células cancerígenas e podem destruí-las.”

Infusão. Os especialistas alteraram geneticamente as células T, com a inclusão de uma proteína específica que as torna mais sensíveis a determinados tipos de linfoma. As células alteradas e cultivadas em laboratório foram inseridas de volta no paciente por meio de uma infusão.

Com a alteração genética nas células de defesa, elas passam a reconhecer mais facilmente as células cancerígenas e conseguem destruí-las. “As células T modificadas passam a se multiplicar aos milhões no organismo do paciente, fazendo com que o sistema imune passe a identificar as células cancerígenas do linfoma como inimigos a serem atacados e destruídos.”

Para Dimas Tadeu Covas, hematologista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e coordenador do CTC, desde o surgimento das terapias de anticorpos monoclonais, há cerca de sete anos, este é o maior avanço no tratamento do câncer. “Não tenho dúvidas de que esse é o futuro do combate ao câncer”, afirmou Covas. “As terapias com anticorpos monoclonais hoje são rotina no tratamento de vários tipos de câncer; estou seguro de que vamos seguir o mesmo caminho com a terapia celular.”

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Entidades repudiam ataques de ministro a repórter

Três entidades de jornalistas publicaram nota de repúdio conjunta anteontem contra os ataques que o ministro da Educação tem direcionado à repórter Isabela Palhares, do Estado. O texto ressalta que Abraham Weintraub tenta intimidar e “desqualificar” a jornalista em publicações nas redes sociais.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), a Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca) e a organização Jornalistas Contra o Assédio apontam que Isabela tem recebido “mensagens agressivas e ofensas misóginas” desde a primeira postagem do ministro, que faz menção à reportagem “Ministro entrega ônibus escolares comprados na gestão anterior e diz fazer ‘muito com pouco’”, publicada na segunda.

“Ao identificá-la diretamente, deu instrumentos para que simpatizantes encontrassem seus perfis em redes sociais e a assediassem”, diz a nota.

“Na tentativa de desqualificar a repórter, Abraham Weintraub escreveu entre aspas sua atividade (‘jornalista’ e ‘jornalismo’), colocando em dúvida seu profissionalismo. O ministro tem direito de não gostar de uma reportagem e de criticar o autor ou a autora. No caso em questão, porém, não se trata de crítica, mas de ataque e tentativa de intimidação em uma plataforma pública.”

Weintraub postou textos em uma rede social na segunda e ontem, afirmando que Isabela faz “péssimo jornalismo”. “A Abraji, a Jeduca e a organização Jornalistas Contra o Assédio manifestam solidariedade a Isabela Palhares e repudiam a ironia feita pelo ministro Abraham Weintraub. Ataques pessoais a jornalistas e tentativas de desqualificar o trabalho da imprensa são expedientes antidemocráticos e agridem o direito à informação de toda a sociedade”, completam as entidades.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Renda das licitações favorece desbloqueio de verbas públicas

Com resultado do leilão de ontem, União pode antecipar descontingenciamento

A arrecadação recorde com o leilão de petróleo de ontem representará uma receita este ano acima do previsto pela equipe econômica, e deve permitir ao governo liberar parte dos recursos que atualmente estão bloqueados no Orçamento para os ministérios. O governo receberá R\$ 8,9 bilhões em bônus de assinatura das petroleiras que arremataram blocos no certame.

Atualmente, R\$ 24,7 bilhões continuam contingenciados, afetando principalmente os orçamentos dos ministérios da Educação, Minas e Energia, Defesa e Economia. A falta de dinheiro tem prejudicado a máquina pública e a prestação de serviços federais.

Oficialmente, a próxima data marcada para o governo divulgar nova decisão sobre bloqueio ou liberação de recursos é o dia 22 de novembro. A pasta da Economia já estuda, porém, produzir um relatório extraordinário de Avaliação de Receitas e Despesas e liberar recursos antes do previsto.

O ministério divulga bimestralmente um relatório que avalia o comportamento da arrecadação e das despesas federais. É por meio desse documento que o Orçamento é liberado ou contingenciado. Em setembro, foram liberados R\$ 8,3 bilhões — o bloqueio chegou a R\$ 33 bilhões.

DINHEIRO ENTRA ESTE ANO

A arrecadação com os três leilões de petróleo previstos para este ano não está oficialmente nas projeções de receita da equipe econômica. Os técnicos preferem manter a prudência e só contar com o dinheiro depois do certame. Por isso, só após a licitação é possível incluir a receita no Orçamento. Como há mais de R\$ 20 bilhões ainda bloqueados, os valores extras seriam destinados aos ministérios.

Além dos quase R\$ 9 bilhões arrecadados ontem, o megaleilão do excedente da cessão onerosa, marcado para 6 de novembro, deve render R\$ 106,5 bilhões, dos quais R\$ 48,8 bilhões ficarão com a União. A 6ª rodada de licitações do pré-sal ocorrerá no dia

seguinte, com previsão de R\$ 7,8 bilhões. Em todos os três casos, a previsão é que o dinheiro caia na conta do Tesouro até 27 de dezembro.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Sem ação do governo, Fundeb ganha novas propostas na Câmara **Deputados sugerem modificações sensíveis ao projeto inicial, incluindo diminuição da complementação da União**

BRASÍLIA

Enquanto o governo se divide entre enviar um projeto paralelo ao Congresso para a renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e negociar alterações no texto da relatora da PEC na Câmara, Dorinha Seabra (DEM-TO), propostas alternativas de deputados preveem alterações significativas na redação inicial.

As mudanças tratam desde diminuição da complementação da União sugerida pela parlamentar, de 40%, à permanência do fundo como provisório por até 20 anos, no lugar de se tornar permanente.

O ministro Luiz Eduardo Ramos, da Secretaria de Governo, está à frente das negociações do Planalto com a relatora, que, até o momento, no entanto, ainda não avançaram. Onyx Lorenzoni (DEM-RS), ministro da Casa Civil, também foi acionado para articular o tema no Congresso, valendo-se de sua condição de ex-parlamentar e do fato de ser correligionário da relatora.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que, após mais de 30 reuniões com Dorinha, ela “de repente” apresentou “proposta diferente do que estávamos conversando aqui dentro”. A deputada, no entanto, sempre defendeu aumento significativo, de 30%, da participação da União. Em uma prévia de seu relatório, ela elevou esse índice a 40%, mas escalonado ao longo de dez anos. A redação foi rechaçada por Weintraub. Dorinha prevê apresentar o texto final ainda este mês.

— (A proposta) ainda não é definitiva pelo que entendi, então precisamos saber o que ela realmente vai apresentar na comissão especial e aí, com base nisso, vamos tomar uma posição. O que eu posso dizer é que tecnicamente a proposta não fica de pé por várias razões — afirmou Weintraub ontem.

Para o palácio do Planalto, a complementação de 40% coloca em risco as contas públicas.

TEXTO MAIS PÉ NO CHÃO

Sem definição de estratégia por parte do governo, alternativas têm sido elaboradas na Câmara. Um dos projetos, de autoria do deputado Gastão Vieira (Pros-MA), prevê redução da complementação de 40% da União. Segundo o parlamentar, o índice de 15%, proposto pelo governo, pode ser adotado. Ele vem dialogando com Dorinha para que ela incorpore as mudanças no relatório final.

Ele também propõe a inclusão de mais impostos para o cálculo da cesta do Fundeb, incluindo ISS e IPTU. Segundo o deputado, haveria um acréscimo de cerca de R\$ 35 bilhões para o fundo. Hoje, ele é de R\$ 140 bilhões. Outra mudança proposta por ele é

que o Fundeb mantenha seu caráter provisório por duas décadas, o que é considerado polêmico no setor.

A deputada Dorinha, relatora do projeto, defende o índice de 40%, mas admite que pode revê-lo. Ela pretende voltar a negociar logo com o governo, mas agora com capital político expandido, especialmente após manifestação formal de governadores e prefeitos a favor do aumento da complementação da União.

— Os números mostram muito claramente: o valor gasto per capita (por aluno) é muito baixo, então não é verdade que a gente já investe muito e só é preciso melhorar a qualidade do gasto.

A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) propõe que seja distribuído em caráter adicional um valor de 10% sobre os recursos de complementação da União para estados que cumpram duas condições: apliquem a verba extra do Fundeb na implementação de Assistência Técnica Educacional para rede estadual e de seus municípios; e que regulamentem mecanismo de repasse de parte do ICMS atrelado ao desempenho, ou seja, de acordo com a evolução de resultados.

Sobre a complementação de 40%, Tabata diz que, com o atual desenho, a proposta não deve chegar ao plenário da Câmara.

— Vamos trabalhar para ter um texto mais pé no chão — disse.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Enem: Weintraub promete 'prova sem polêmicas'

Cartilha com regras para Redação foi divulgada pelo MEC com critério que desconta pontos por violação de Direitos Humanos

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que metade das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) já está a caminho dos locais de aplicação. O ministro Abraham Weintraub afirmou que a única orientação foi para não criar polêmicas.

— A gente pediu para que o foco fosse em questões não ideológicas, que mensurassem conhecimento dos jovens na capacidade de ler, escrever, compreender texto. E não ficar discutindo coisas para polemizar o ensino dos jovens no Brasil. A gente quer que o ensino avance, não (queremos) ficar criando polêmicas — disse Weintraub.

No mesmo dia, o Inep, autarquia do MEC responsável pela realização do Enem, publicou, a menos de um mês da prova, a cartilha com as regras da Redação. O documento norteia os critérios de avaliação e dá aos candidatos dicas para produzir um bom texto.

A cartilha traz exemplos de redações do Enem 2018 que alcançaram a nota máxima e textos que perderam pontos por ferirem os Direitos Humanos.

Até 2017, o candidato que desrespeitasse os Direitos Humanos tirava zero na prova e tinha seu exame automaticamente anulado. Naquele ano, por conta de uma ação na Justiça proposta pelo movimento Escola Sem Partido, a regra mudou. Desde então, quando a banca de professores decide que houve desrespeito aos Direitos Humanos, o candidato perde pontos, mas não tem mais sua prova anulada. (Paula Ferreira)

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

MEC garante realização de Enem na data marcada

Após falência de gráfica, havia apreensão sobre realização de exame

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que todos os cadernos de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2019 já foram impressos e, portanto, a aplicação do exame não será afetada pela falência em abril deste ano da gráfica responsável pela tiragem da avaliação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/10/11/mec-garante-realizacao-de-enem-na-data-marcada.ghtml>

topo ↕

VEJA - SP - GERAL

Na escola do século XXI, o aluno é o protagonista, diz Jorge Paulo Lemann

Segundo homem mais rico do Brasil, empresário é o principal investidor em um fundo que financia 120 escolas com 70 000 alunos em oito estados

Segundo homem mais rico do Brasil e dono de marcas internacionais como Budweiser e Burger King, o empresário Jorge Paulo Lemann, 80 anos, é o principal investidor em um fundo que financia 120 escolas com 70 000 alunos em oito estados — uma delas, a Eleva, no Rio de Janeiro, é do grupo das mais modernas do país. Lemann falou de educação em rara entrevista, concedida a VEJA por e-mail.

Por que decidiu investir em educação no Brasil? Melhorar o nível educacional brasileiro é fundamental para diminuir as desigualdades e tornar o país mais competitivo no futuro. Precisamos dar oportunidade para que nossos talentos brilhem.

Como define uma escola do século XXI? Ela deve unir rigor acadêmico, bilinguismo e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A ideia é formar jovens questionadores e criativos, com um grande senso de coletividade e capazes de conquistar o mundo.

Como alcançar esse modelo? Primeiro, formando diretores e professores para uma nova dinâmica na sala de aula, em que é o aluno o protagonista. E o currículo precisa estar sempre evoluindo para atender a esse mundo que muda a um ritmo cada vez maior.

Qual o papel da escola nestes tempos de informação tão disseminada nas redes sociais? Ela tem a obrigação de ensinar o aluno a identificar fontes confiáveis, ler opiniões diferentes para chegar à sua e saber extrair o que importa no meio desse excesso.

Dá para fazer o século XXI chegar às escolas públicas? Sim, e acho fundamental. Obviamente isso passa por adaptações. É preciso simplificar as coisas, deixando sua essência.

topo ↕

A UNIÃO - PB - NACIONAL

Instituições não reconhecidas pelo MEC são condenadas

Uniderce Furne terão que pagar indenização por danos morais e materiais a uma ex-aluna de Campina Grande

A União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural Ltda (Uniderc) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fumne) foram

condenadas, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00 em favor de Renata Bernardo Araújo. A sentença foi proferida pelo juiz Leonardo Sousa de Paiva Oliveira nos autos da ação em tramitação na 22 Vara Cível de Campina Grande.

A autora afirma na ação que cursou mestrado em psicanálise aplicada à educação e saúde oferecido pela Uniderc, em parceria com a Furne, no valor de R\$ 7.200,00, em 24 parcelas mensais de R\$ 300,00. Entretanto, após o cumprimento de suas obrigações e o recebimento do diploma, teve sua progressão funcional negada pelo Município de Campina Grande, de onde é servidora pública, sob a fundamentação de que a instituição Uniderc não é reconhecida pelo Ministério de Educação e o curso não é recomendado pela **Capes**.

A Furne alegou que além de não ser instituição de ensino superior, atuou apenas no apoio logístico do curso.

Por sua vez, a Uniderc sustentou que apenas promoveu, em parceria, curso livre em área em que o MEC não exige regulamentação.

Na sentença, o juiz afirma que as informações divulgadas pelas instituições davam conta da realização de curso de mestrado em psicanálise na educação e saúde, fazendo acreditar que a autora estaria apta, ao final, à obtenção do título de mestre reconhecido nacionalmente com aprovação do MEC e avaliação do **Capes**.

“Diante desse quadro, não há como reconhecer que houve informação adequada sobre as condições do serviço educacional a ser prestado, ou seja, que se tratava de curso que não concedia o título de mestre, o que viola o direito à informação previsto artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor”, destacou o magistrado, ao explicar que a responsabilidade é solidária e decorre da ausência de informação ao consumidor da incapacidade de reconhecimento do certificado de mestrado.

“Assim, constatado que as demandadas Uniderc e Furne ofereceram curso de mestrado que, de fato, não era reconhecido pelo MEC e nem recomendado pela **Capes**, resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar”, ressaltou.

[topo](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - OPINIÃO

Ensino a distância é coisa do passado?

Há quase uma década, o ensino a distância é uma realidade crescente no país. Nos EUA e Europa, o ensino online é reconhecido como um método eficaz sendo amplamente utilizado por empresas tradicionais.

A popularização do EAD possibilitou que plataformas de ensino online ganhassem cada vez mais espaço no Brasil. No final do ano passado, uma portaria da **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** regulamentou os mestrados e doutorados a distância. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 17,6% da modalidade no país, segundo o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

A possibilidade de ter horários flexíveis, interatividade e as mensalidades competitivas motivam cada vez mais alunos a optar pelo modelo de educação a distância. A

popularização da internet e dos smartphones propiciaram o arcabouço necessário para a consolidação do EAD como alternativa real de evolução de carreira. Apenas no último ano, a procura para cursos de EAD para cursos de graduação e pós-graduação, mestrado e doutorado cresceu 72%.

Por outro lado, o conceito de EAD vem sendo associado aos modelos em que os alunos interagem de forma assimétrica com professores e colegas usando ferramentas tradicionais baseadas em video aula, fóruns e emails. Neste contexto, a experiência de aprendizado do aluno fica limitada assemelhando-se ao estudo autônomo.

Venho observando no mercado algumas instituições inovadoras que estão promovendo uma silenciosa revolução no EAD. Cada vez mais as instituições estão buscando se adaptar à nova realidade investindo na interatividade e experiência do aluno permitindo que esteja tão próximo do professor e colegas quanto em uma aula presencial. Hoje, alunos e professores passaram a estabelecer uma comunicação em tempo real, derrubando barreiras físicas, permitindo que a educação a distância atingisse novo nível de agilidade, interatividade e eficiência.

Creio que o marco dessa evolução tenha se dado a partir do momento em que os resultados das avaliações oficiais do MEC de alunos que cursaram disciplinas a distância passaram a ser iguais ou superiores aos daqueles que concluíram cursos presenciais.

O termo EAD como existe hoje está ultrapassado. Graças às novas exigências por parte dos órgãos reguladores da educação e dos alunos. Com isso as instituições educacionais estão cada vez mais buscando reformular currículos e metodologias, além de investir constantemente na qualidade dos cursos oferecidos. Isto aumenta a credibilidade do mercado e é algo positivo tanto para as escolas quanto para os alunos, pois aproxima quem está em busca de conhecimento e capacitação daqueles que os detém.

Ao meu ver este é o futuro da educação, pessoas conectadas entre si investindo na troca de experiências com docentes e discentes no escasso tempo disponível que possuem. Creio também que o modelo de educação a distância que conhecíamos está cada vez mais fadado ao fim, pois as tecnologias e modelos emergentes serão capazes de encurtar distâncias e construir pontes cada vez mais sólidas de conhecimento.

Vinicius Bozzi Nonato

CEO e fundador do IGTI, profissional de TI visionário que em sua carreira antecipou tendências de mercado, criando por meio de ações inovadoras um modelo de escola 100% online que permite total interatividade entre alunos e professores e revolucionou o mercado de EAD

Leia mais notícias em OEstadoMA.com e siga nossas páginas no Facebook , no Twitter e no Instagram . Envie informações à Redação do Jornal de O Estado por WhatsApp pelo telefone (98) 99209 2564.

topo ↕

ARIQUEMES ONLINE - TEMPO REAL

Capes oferta bolsas de doutorado-sanduíche no Canadá

Objetivo é fortalecer cooperação entre o Brasil e o país norte-americano

Estão abertas até 13 de novembro as inscrições para dez bolsas de doutorado-sanduíche, no Canadá, em todas as áreas do conhecimento. Com duração de dois anos, o programa é uma parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação, com o governo canadense para fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa.

Cada projeto vai receber até R\$ R\$ 229,9 mil por ano. Serão R\$ 70,3 mil para custeio de missões de trabalho, R\$ 10 mil para os recursos de manutenção de projeto e R\$ R\$ 149,6 mil para bolsas. O apoio financeiro será repassado aos pesquisadores ao longo do período dos trabalhos.

Segundo a coordenadora-geral de programas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** da **Capes**, Andrea Vieira, a parceria com o Canadá já acontece há um tempo e continua firme por conta dos resultados. “A parceria tem se mostrado um sucesso, com artigos de impacto sendo publicados e registros de patentes, além da formação de doutores na modalidade”, disse.

Critérios – Para participar do processo seletivo, é preciso estar matriculado no programa de pós-graduação da instituição principal ou associada brasileira participante do projeto, retornar ao Brasil no mínimo seis meses antes da defesa da tese e comprovar o nível de proficiência em língua estrangeira que está especificado no edital.

As inscrições devem ser feitas neste link. Maiores detalhes da seleção e das inscrições estão no site do programa.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes**

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Acordo com os EUA é o atestado de óbito de nosso Programa Espacial

A assinatura se fez e a tramitação no Congresso se faz, mais uma vez, sem debate com a sociedade ou audiência à comunidade científica

O governo Temer assinou, à socapa, um acordo chamado de “Salvaguardas Tecnológicas” com o governo dos EUA, mediante o qual cedemos nossa Base de Lançamentos de Alcântara, de localização privilegiada, e assumimos compromissos que alienam nossa soberania. O texto reproduz, quase *ipsis litteris*, aquele negociado pelo governo FHC e rejeitado pelo governo Lula e pelo Congresso Nacional. A assinatura de agora se fez e a tramitação no Congresso se faz, mais uma vez, sem debate com a sociedade ou audiência à comunidade científica. A grande imprensa não se motivou. E o governo do capitão tem pressa em sua aprovação, pois pretende apresentá-lo como oferta a Trump, antes de o 03 assumir a prometida embaixada em Washington – cargo para o qual suas qualificações são um mistério. Com o acordo, o Brasil terá jogado a última pá de cal no seu programa espacial, com graves e irreversíveis prejuízos para sua soberania, sua economia, seu desenvolvimento e suas responsabilidades diante do Atlântico Sul.

Dezesseis anos passados de inércia e após o terceiro fracasso de lançamento do VLS (Veículo Lançador de Satélite, projeto da FAB). Passadas três décadas de investimentos e muitas perdas humanas, o Brasil se prepara para o réquiem de seu programa espacial, no qual investe desde 1961. Sem falar nas grandes potências espaciais, fomos seguidamente superados por países emergentes que iniciaram seus projetos em tempos

contemporâneos ao nosso, como China, Índia, Israel, Coreia do Sul, Coreia do Norte e Irã.

Sem programa espacial completo – o Brasil não domina as tecnologias nem de fabricação de satélites estacionários nem de foguetes de lançamento, e a rigor não tem base de lançamento. Na verdade, o que nos resta é uma área favorecida geograficamente que, ao preço de banana, cedemos aos interesses estratégicos dos EUA.

Diferentemente do que crê o senso comum, mantido desinformado, programa espacial não é sinônimo de ficção científica, tampouco necessidade exclusiva de um restrito grupo de nações endinheiradas: as comunicações civis e militares, a vigilância das fronteiras terrestres e marítimas, o sensoriamento geral do território, a pesquisa do subsolo, a vigilância ambiental, a previsão do tempo, tudo isso hoje depende de programa espacial. Quem não o tem, é obrigado a alugar os serviços de terceiros e assim pagar pela espionagem de si mesmo. Hoje, nosso programa de satélites é desenvolvido em parceria com a China, sem notícia de transferência de tecnologia, os satélites (programa CBERS) partem de base de lançamento chinesa e levados ao espaço por foguete chinês. A China, que iniciou seu programa em 1956, já em 2002 levava o homem ao espaço.

O objetivo dos EUA, nesse acordo, dito simplesmente de “Salvaguardas Tecnológicas”, mais do que dispor de uma base de lançamentos (de que não carecem), é impedir que o Brasil tenha seu próprio programa espacial, pois isso não é permitido em seu “quintal”, e somos seu “quintal” hoje, também por decisão do atual governo, subalterno aos seus interesses.

As razões para o veto ao nosso programa são de ordem geopolítica. Faça-se justiça às autoridades americanas: elas jamais negaram esse intento. Quando das negociações do Brasil com a República da Ucrânia, visando à criação da Alcântara Cyclone Space – binacional destinada à produção conjunta de um foguete lançador, o Cyclone-4 – e seu lançamento a partir de Alcântara, os EUA informaram àquele país que não se opunham ao projeto, desde que não houvesse transferência de tecnologia, mas que continuavam entendendo que o Brasil não deveria ter programa espacial. Era um veto explícito, com todas as consequências óbvias. Quando a binacional Alcântara Cyclone Space – ACS, da qual fui diretor brasileiro, se instala e começa a funcionar, o Departamento de Estado comunica a prévia proibição de lançamento, de nossa base, de satélite (e este era o objetivo da joint venture) contendo qualquer sorte de equipamento de origem estadunidense, o que, de saída, nos afastava de algo como 60% do mercado internacional de lançamentos.

Pelo acordo, ao fim e ao cabo, o Brasil não adquirirá tecnologia, não produzirá tecnologia e não disporá seja de veículos lançadores, seja de satélites. Sua única riqueza é a localização privilegiada de Alcântara, cedida.

Tudo isso está documentado em telegramas que o Departamento de Estado enviou à sua embaixada em janeiro de 2009 e vazados pelo WikiLeaks em 2011.

O objetivo do acordo é impedir que o Brasil tenha acesso à tecnologia de lançamentos – de que tanto necessita, como demonstra a frustração do projeto do VLS – e, assim, desenvolva seu próprio programa, limitadamente comercial. O acordo, que o Congresso

está prestes a aprovar, não só proíbe o Brasil de ter acesso à tecnologia dos EUA, como a de qualquer país com o qual venha a estabelecer acordo. O texto que está no Congresso estabelece que o Brasil firmará (o teor é imperativo) acordos com outros países nos mesmos termos do firmado com os EUA, ou seja, impeditivos de transferência de tecnologia. Proíbe mesmo que o Brasil venha a utilizar em seu programa recursos provenientes de acordos semelhantes. O item 2 do Artigo III determina que “O Brasil (...) não poderá usar tais recursos [provenientes da cessão da base] para aquisição, desenvolvimento, produção, teste, emprego ou utilização de sistemas da Categoria I do MTCR (...)”, ou seja, mísseis capazes de carregar carga útil de 500 quilos a uma distância de mais de 300 quilômetros. MTCR é a sigla inglesa de Regime de Controle de Mísseis, ou, Missels Technology Central Regime.

O rol de restrições unilaterais – e eis a grande característica do Acordo, a unilateralidade de direitos norte-americanos contra obrigações, e só obrigações brasileiras – nos impede de firmar outros acordos (Artigo III) com países que uma das partes tenha designado como terrorista. Ficamos, assim, à mercê das conveniências estratégico-militares dos EUA que podem considerar quem quiser e a qualquer tempo como “terrorista”, como já consideraram o Iraque e podem amanhã considerar a China. Não param aí as restrições, e aqui não é possível arrolá-las todas. Assim, pela Alínea B do mesmo Artigo III, o Brasil se compromete a não permitir o ingresso de “equipamentos, tecnologias, mão de obra ou recursos financeiros no Centro Espacial de Alcântara oriundos de países que não sejam parceiros membros do MTCR”. Entre os muitos países ausentes do MTCR estão a China, com quem partilhamos o programa CBERS de desenvolvimento de satélites, e Israel.

Os negociadores brasileiros, que tudo aceitam, não nos resguardam do mau uso da Base pelos EUA – notoriamente, a nação mais belicosa que a humanidade já conheceu. O acordo não faz referência a prévio licenciamento ambiental, nem a salvaguardas brasileiras quanto ao conteúdo importado e embarcado pelos EUA. Não há proibição de uso militar, de transporte de ogivas nucleares ou de lançamento de gases tóxicos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente.

O Brasil não poderá inspecionar, visualmente, as cargas destinadas aos veículos lançadores dos EUA. O Artigo VII dispõe que os equipamentos lançadores dos EUA serão transportados e ingressarão no Brasil em contêineres fechados e lacrados; de seu conteúdo as autoridades brasileiras receberão, tão só, declaração das autoridades americanas. Caso requerido pelo Brasil, esses contêineres somente poderão ser abertos por participantes norte-americanos (cujo número não é limitado) que não podem autorizar exame técnico ou inspeção visual. Que resta às nossas autoridades além de nada – nem mesmo autoridade?

Há mais limitações ao exercício da soberania brasileira em Alcântara.

São criadas as “Áreas restritas” (item 14 do Artigo II) “às quais o governo do Brasil (...) somente permitirá acesso a pessoas autorizadas pelo governo dos EUA, a fim de assegurar que de maneira ininterrupta possam monitorar, inspecionar e controlar o acesso”. O item VI ordena: “O acesso a áreas restritas deverá ser controlado pelo governo dos EUA (...) pelos licenciados norte-americanos, por meio de crachás a serem elaborados pelo governo dos EUA”.

O item 3 do Artigo VI diz que “O Brasil deverá (sempre o caráter impositivo) permitir que servidores do governo dos EUA (...) tenham acesso, a qualquer tempo, para inspecionar nas áreas Controladas, nas áreas Restritas ou em outros locais (...); tais inspeções ou verificações poderão ocorrer sem aviso ao governo do Brasil ou da representação brasileira”.

Trata-se, pois, de acordo leonino, que só interessa a uma das partes pois apenas uma assegura direitos que são exercidos sobre a renúncia da outra parte. O país é posto de cócoras. O acordo, além de humilhante, é o atestado de óbito de nosso Programa Espacial. Fiquem claras, para o registro das responsabilidades históricas, as consequências da aprovação, iminente, desse mostrengo que a diplomacia brasileira, em sua hora mais triste, acaba de ressuscitar. E fique claro o comprometimento de nossas forças armadas, com seu silêncio aprovador. O Brasil será o único país em suas dimensões e sua importância política a renunciar a ter um programa espacial.

Continua a razia – Em mais uma ação lesiva ao funcionamento do já abalado Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, o governo prossegue em seu projeto de fundir a CAPES e o CNPq em uma só autarquia vinculada ao MEC, além de transformar a FINEP em uma carteira do BNDES. Os dois absurdos são defendidos pelo estapafúrdio ministro da Educação e contam com a aquiescência do MCTI.

Leia mais em www.ramaral.org

topo ↕

DIÁRIO DO PODER - NOTÍCIAS

Pesquisa utiliza alternativa simplificada para estabilizar dentadura

Cerca de 39 milhões de brasileiros utilizam próteses dentárias, as chamadas dentaduras, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Para aqueles que precisam utilizar a prótese na região inferior da boca, lidar com o desconforto nos momentos em que mastigam ou mesmo falar faz parte do desafio da rotina social, devido à dificuldade de fixação e estabilidade da dentadura.

Visando melhorar a qualidade de vida desse público, uma série de pesquisas realizadas pela Universidade Federal de Goiás (UFG) utilizou implante único associado à dentadura, o que permite “prender” a dentadura inferior por meio de um sistema de encaixe, transformando-a em uma overdenture. A tese de doutorado que abrangeu estes trabalhos ganhou o Prêmio Capes de Tese 2019, sendo considerada a melhor na área de Odontologia em nível nacional.

Enquanto a literatura científica sugere o uso de ao menos dois implantes para a fixação da prótese na boca, o estudo desenvolvido por Túlio Eduardo Nogueira, do Núcleo de Pesquisa em Prótese e Implante (NPPI) da UFG, propõe solucionar o problema de baixa firmeza com apenas um implante, o que diminui os custos do material e torna o tratamento mais acessível à população de baixa renda e mais viável em caso de pacientes muito idosos.

Orientado pelo professor Cláudio Rodrigues Leles, os pesquisadores objetivaram também realizar uma análise econômica do procedimento, fornecendo evidências

científicas a serem apresentadas aos gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), no sentido de disponibilizar o tratamento na lista de procedimentos cobertos pelo sistema público. Conforme explica o pesquisador Túlio Nogueira, com o implante único, a dentadura recebe uma espécie de encaixe, “como se fosse um botão de pressão na parte interna da prótese”, o que fornece firmeza considerável da prótese ao paciente.

A avaliação do pesquisador é que o implante faz diferença inclusive na vida social dos pacientes. Cerca de 100 participantes tratados pelo grupo de pesquisa com esta modalidade de tratamento estão em acompanhamento na Faculdade de Odontologia da UFG. Tanto o tratamento como os acompanhamentos são realizados sem qualquer custo.

Túlio Nogueira

Segundo Túlio, os resultados têm sido satisfatórios e geram segurança aos cirurgiões dentistas para a utilização da técnica. “Os pacientes nos relatam que se sentem mais confortáveis e seguros para executar as funções mastigatórias e de fala, o que contribui, inclusive para a reinserção social. Eles relatam que adquirem uma segurança no convívio social que, antes, somente com a dentadura, não tinham”.

Atendimento na Faculdade de Odontologia da UFG

A Faculdade de Odontologia atende pacientes encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), via Sistema Único de Saúde. Para agendar atendimento é preciso ir pessoalmente a uma das unidades ou centros de saúde mais próximos à sua residência.

topo ↕

FOLHA CIDADE - TEMPO REAL

“Ciência na Escola” premiará melhores trabalhos com Bolsas de Iniciação Científica Jr. do CNPq

Feira realizada pela Prefeitura e Uniara reunirá trabalhos de 200 alunos, 40 professores e 40 assessores científicos, dia 18, no Cear

Os 40 trabalhos que compõem o projeto “Ciência na Escola”, uma parceria da Prefeitura Municipal com Uniara, por meio da pós-graduação do Curso de Biotecnologia, serão apresentados em uma feira no próximo dia 18, com palestras, entrega de certificação aos participantes e premiação dos melhores trabalhos com 5 bolsas de Iniciação Científica Jr, disponibilizadas pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) para 5 alunos do ensino médio de escolas públicas.

O evento começa às 8h30, no Centro Internacional de Convenção, no Cear (Centro de Eventos de Araraquara e Região) e reunirá os 200 alunos, 40 professores e 40 assessores científicos que estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos deste o início do ano.

O prefeito Edinho, a secretária municipal da Educação Clélia Mara dos Santos, e o coordenador do curso de pós-graduação de Biotecnologia da Uniara e coordenador geral do evento, Prof. Dr. André Capaldo Amaral, se reuniram nesta quinta-feira (10) para receber a imprensa e dar detalhes do projeto, criado com o objetivo de levar o estímulo à ciência e à pesquisa para alunos de escolas e instituições de Araraquara. João Carlos Missorino, diretor de Turismo e Eventos da Morada do Sol Turismo e Eventos e Participações, administradora do Cear, também estava presente na coletiva, representando Manoel Araújo Sobrinho, diretor-presidente da empresa.

O Prof. Dr. André Capaldo Amaral explicou que a ideia surgiu no ano passado, com o conceito de ampliação das ações de extensão da Uniara e aproximação com as escolas de ensinos fundamental, médio e técnico da cidade, considerando sua essência vocacional enquanto Instituição de Ensino Superior e atendendo solicitação da Capes (**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**).

“Ao mesmo tempo, o CNPQ lançou um edital estimulando as feiras de ciências. Nós então elaboramos este projeto, que foi aprovado, e decidimos desenvolver a feira em conjunto com as escolas. Convidamos escolas e instituições. Entramos em contato com as interessadas e, desde o começo deste ano, desenvolvemos os projetos em conjunto, com assessorias científicas, levando a universidade para dentro das escolas e trazendo os alunos para conhecerem os setores de desenvolvimento tecnológico nas universidades”, detalhou ele, destacando as bolsas de IC-Jr disponibilizadas pelo CNPq que serão destinadas a 5 alunos dos melhores projetos da modalidade "Projeto Científico", em cada uma das áreas do conhecimento, selecionados por uma Comissão Científica. “Esse, sem dúvida, é um legado importante que a feira vai deixar”, acrescentou Amaral.

Na opinião da secretária da Educação, a aproximação com a universidade é importante para consolidar práticas didáticas melhores nas escolas e para criar possibilidade de manuseio de instrumentos teóricos e práticos que alimentem o processo de conhecimento e desenvolvimento científico dos alunos. “Já faz parte da nossa proposta pedagógica o estímulo à ciência e à pesquisa. Nossos alunos trabalham nas suas rotinas essas temáticas propostas no projeto e as assessorias científicas vieram para somar. Isso porque, além da aproximação com a universidade, que é muito importante para as escolas, a proposta de uma feira de ciências suscita o exercício da criatividade e da curiosidade do aluno”, avaliou Clélia Mara dos Santos.

Para o prefeito Edinho, o projeto “Ciência na Escola” tem um potencial de crescimento imenso. “Esta feira poderá ser um dos grandes eventos de Araraquara, pela sua grandiosidade. A iniciação científica dos alunos do ensino fundamental é algo inédito e tem muita importância para a Prefeitura, por tudo que temos investido na educação e pelo esforço de qualificação do ensino nas nossas escolas. Temos vários alunos de escolas municipais que ganham muitos prêmios, e um terreno muito fértil. A feira nasce este ano e já me comprometo a realizar a segunda edição em 2020. Espero que ela possa ter continuidade nos anos seguintes. Essa parceria deve ser consolidada com a Uniara, é uma iniciativa fundamental de estímulo ao pensamento e mostra que a escola pública também pode fazer pesquisa, ela também tem potencial para o desenvolvimento científico. Que seja a primeira de tantas feiras, para que ela se torne regional e que possamos atrair outras cidades”, enfatizou o prefeito Edinho.

Participantes e projetos

Participam do “Ciência na Escola” as unidades municipais de ensino fundamental Caic Ricardo Caramuru de Castro Monteiro (Vale do Sol), Gilda Rocha de Mello e Souza (Indaiá), Olga Ferreira Campos (Universal), Henrique Scabello (Hortênsias) e Rafael de Medina (Jardim Eliana); as escolas estaduais Jardim Vale do Sol (Vale do Sol), Pedro

José Neto (Centro), Antonio dos Santos (Jardim das Estações), Joaquim Pinto Machado Jr. (Jardim Esplanada), Oacyr Antônio Ellero (Altos de Pinheiros) e Angelina Lia Rolfsen (Cecap); os colégios Coeducar e Collegium Sapiens; além das instituições Lar Escola Redenção e Oficina das Meninas.

Eles desenvolveram Projetos de montagem (ensino fundamental II), Projetos Informativos (ensino fundamental II) e Projetos científicos (ensino médio e técnico), em cinco áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra (Química, Física, Matemática, Geografia, Estatística, Geologia, Informática, Meteorologia); Ciências Biológicas e da Saúde (Medicina, Biomedicina, Biologia, Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Odontologia, Educação Física); Engenharias e Ciências Agrárias (todas as Engenharias, Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia, Recursos Florestais, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Recursos Pesqueiros); Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes (Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design, Direito, Hotelaria, Música, Secretariado Executivo, Teatro, Turismo, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Demografia, Economia Doméstica, Museologia, Filosofia, Antropologia, História, Geografia, Arqueologia, Educação, Ciências Políticas, Teologia, Letras, Artes), e Inovação e Empreendedorismo (Tecnologia, Projetos Inovadores, Abertura de empresas juniores, Gestão).

A escolha dos temas ficou a critério dos alunos e das escolas. As normas estabelecidas pelo CNPq determinaram apenas que os projetos fossem desenvolvidos em grupos constituídos por até alunos, com representação de membros de ambos os sexos em cada grupo.

Além da premiação dos melhores com as Bolsas de IC Jr., serão entregues certificados de apresentação e/ou participação a todos os participantes no auditório do Cear. Também estão programadas duas palestras. A primeira será ministrada pelo Prof. Dr. Osvaldo Novais de Oliveira Junior, membro da Academia de Ciências do Estado de São Paulo. Para a segunda palestra foi convidado o Ministro de Estado do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, mas a presença do Ministro ainda não foi confirmada. Haverá ainda programação cultural com mágica, lançamento de foguete e apresentação do grupo Alquimia, do Instituto de Química da Unesp/Araraquara, com experimentos envolvendo conceitos da química, entre outras atrações.

[topo](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

[Opinião] Contingenciamento ideológico

Falar em educação no Brasil sempre foi mote de boa parte da chamada classe política, principalmente durante o período das campanhas eleitorais. Acontece que via de regra, ao longo dos anos se tem feito mais propaganda com relação ao tema do que projetos executáveis, visando o melhoramento educacional do país.

Isso tem início na base, chegando até ao mundo universitário. A crise política que vive o país tem refletido diretamente na economia e não cabe aqui utilizarmos o método diatribe, para argumentar quem são os responsáveis.

Não faz muito tempo, que foi anunciado pelo ministério da educação, que ocorreria um

contingenciamento na pasta, com relação às verbas direcionadas aos programas de pós-graduação.

Leia-se, **CAPES** e **CNPQ**. Embora parte da medida tenha sido revista, acreditamos que o momento seja propício para suscitar alguns questionamentos. Entre eles, se ocorreu alguma contribuição ao mundo científico, e se a mesma foi relevante para o país, ou quiçá ao mundo. Basta lembrarmos da luta constante em desenvolver algum tipo de medicamento que tenha eficácia no combate aos males causados pelo *Aedes aegypti*. Reduzir investimentos nas pesquisas desenvolvidas pelas universidades públicas, não nos parece ser algo benéfico. Se por trás da medida, esteja o desejo velado em combater aqueles que não comungam da ideologia do atual governo, é no mínimo um ato pequinês. É pensar pequeno demais com relação ao tamanho da contribuição científica.

*Débora Melo é estudante do curso de História da **FAINTIVISA**

*Hely Ferreira é cientista político.

BEM PARANÁ - TEMPO REAL

Capes oferta bolsas de doutorado-sanduíche no Canadá de R\$ 229,9 mil por ano

Estão abertas até 13 de novembro as inscrições para dez bolsas de doutorado-sanduíche, no Canadá, em todas as áreas do conhecimento. Com duração de dois anos, o programa é uma parceria da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (**Capes**), vinculada ao Ministério da Educação, com o governo canadense para fomentar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa.

Cada projeto vai receber até R\$ R\$ 229,9 mil por ano. Serão R\$ 70,3 mil para custeio de missões de trabalho, R\$ 10 mil para os recursos de manutenção de projeto e R\$ R\$ 149,6 mil para bolsas. O apoio financeiro será repassado aos pesquisadores ao longo do período dos trabalhos.

Segundo a coordenadora-geral de programas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** da **Capes**, Andrea Vieira, a parceria com o Canadá já acontece há um tempo e continua firme por conta dos resultados. “A parceria tem se mostrado um sucesso, com artigos de impacto sendo publicados e registros de patentes, além da formação de doutores na modalidade”, disse.

Critérios – Para participar do processo seletivo, é preciso estar matriculado no programa de pós-graduação da instituição principal ou associada brasileira participante do projeto, retornar ao Brasil no mínimo seis meses antes da defesa da tese e comprovar o nível de proficiência em língua estrangeira que está especificado no edital.

topo ↕

BRASIL DE FATO - TEMPO REAL

UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios

Após bloquear R\$ 5,8 bilhões da educação em maio, desbloqueio de parte dos recursos não soluciona crise das universidades

Depois de bloquear, no mês de maio, R\$ 5,8 bilhões da educação e cerca de R\$ 2 bilhões das instituições federais de ensino superior (IFES), Bolsonaro assinou decreto (10.028, de 26 de setembro de 2019) desbloqueando uma parte desse recurso. Do total liberado, 58% devem retornar para os orçamentos das IFES, segundo o governo.

A UFMG foi a segunda universidade federal mais afetada pelos bloqueios, atrás apenas

da UFRJ. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada em 2019, a universidade mineira deveria receber R\$ 215,23 milhões. Em maio, a instituição foi informada do corte nominal de R\$ 64,5 milhões, 36,53% do que estava previsto na LOA. Com o desbloqueio, o corte cai para R\$ 34,43 milhões, de acordo com dados do sistema financeiro do governo federal.

“Na verdade, essa liberação ainda é pequena, se considerarmos que tivemos uma série de cortes, desde 2015. Então, estamos nos cortes dos cortes. Trata-se de uma jogada do governo federal para nos desmobilizar, justo quando estamos mais afinados, conscientes, mobilizados”, avalia a professora Maria Rosária Barbato, vice-presidente do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte, Montes Claros e Ouro Branco (Apubh).

Corte ou contingenciamento?

O bloqueio atingiu verba discricionária já prevista na LOA e, por isso, foi considerado um corte. Houve cancelamento de editais, redução no consumo de água e energia, renegociação de contratos de terceirizados, paralisação da linha 4 do transporte universitário, adiamento de atividades culturais, suspensão do boletim impresso, redução de faxineiras e funcionários de portaria, frota de carros parados por falta de manutenção, paralisação de obras, entre outros danos.

Na segunda-feira (30), o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou a medida como uma “regularização”, pois, segundo ele, não houve interrupção de serviços. “Por isso, estamos descontingenciando. O recurso está voltando agora, fruto da recuperação econômica e da geração de empregos”, disse o ministro, na mesma semana em que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ligado ao governo, reduz a estimativa de crescimento do PIB para o ano que vem.

Ao apresentar o desbloqueio, Weintraub sugere, pois, que as universidades teriam como empenhar o recurso até o fim do exercício. Entretanto, passados cinco meses de bloqueio, algumas atividades dificilmente poderão ser recompostas. “Ao se paralisar uma obra, depois fica difícil retomar. A empresa que está fazendo a obra pode entrar em falência, por exemplo”, comenta a técnica-administrativa Cristina Del Papa, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino (Sindifes).

Economia ou intimidação?

O governo alega que os bloqueios têm como fim o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa afirmação é contestada pela professora Maria Rosária Barbato. Ela critica a política econômica do governo, que retira da educação para transferir aos bancos, e diz que o MEC tenta forçar a adesão das universidades ao “Future-se”, um programa de reestruturação administrativa e financeira das universidades, com contratos que seriam geridos por Organizações Sociais (OS).

“Uma das razões para entender que o estrangulamento não é ligado à Lei de Responsabilidade Fiscal é que ele é usado como chantagem para obrigar as universidades a aderirem ao programa “Future-se” e também para pressionar pela aprovação da reforma da Previdência”, argumenta. De fato, em diversas ocasiões,

Weintraub disse que a provisão de recursos para as universidades poderia aumentar, caso elas aderissem ao programa.

2020 vai ser pior

Para 2020, o governo Bolsonaro encaminhou ao Congresso um Projeto de Lei Orçamentária Anual prevendo redução de 18% dos recursos do MEC, em comparação com 2019, e diminuição de 87% no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destinado ao financiamento da pesquisa. No final de setembro, o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da UFMG publicou uma moção de repúdio à proposta.

“O estrangulamento orçamentário imposto às instituições públicas de ensino superior e fomento à pesquisa parece integrar uma estratégia política que afronta as instituições e nega o valor da ciência. Os retrocessos decorrentes dessas ações equivocadas e sem justificativas, que vêm sendo sistematicamente adotadas, são e serão desconhecidas, representando não apenas um grave prejuízo à ciência brasileira, mas também um forte impacto na formação de professores e profissionais”, afirma o documento.

E as bolsas?

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, segundo o MEC, terá um desbloqueio de R\$ 270 milhões para bolsas de estudos. O ministro deixou claro que esse recurso será usado para honrar as bolsas atuais, sem qualquer previsão de novas bolsas.

Edição: Elis Almeida

topo ↕

CLICKPB - TEMPO REAL

Duas faculdades são condenadas a indenizar aluna que fez curso não reconhecido pelo MEC

Uniderc e Furne foram condenadas ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00.

A União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural Ltda (Uniderc) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Furne) foram condenadas, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00 a ex-aluna Renata Bernardo Araújo, que fez, sem saber, curso não reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Cabe recurso da decisão.

A autora da ação afirma que cursou mestrado em psicanálise aplicada à educação e saúde oferecido pela Uniderc, em parceria com a Furne, no valor de R\$ 7.200,00, em 24 parcelas mensais de R\$ 300,00. Entretanto, após o recebimento do diploma, teve sua progressão funcional negada pelo Município de Campina Grande, de onde é servidora pública, pois a Uniderc não é reconhecida pelo MEC e o curso não é recomendado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

A Furne alegou que, além de não ser instituição de ensino superior, atuou apenas no apoio logístico do curso. Por sua vez, a Uniderc sustentou que apenas promoveu, em parceria, curso livre em área em que o MEC não exige regulamentação.

A sentença foi proferida pelo juiz Leonardo Sousa de Paiva Oliveira e a ação tramita na 2ª Vara Cível de Campina Grande. Na sentença, o juiz afirma que as informações divulgadas pelas instituições davam conta da realização de curso de mestrado em psicanálise na educação e saúde, fazendo acreditar que a autora estaria apta, ao final, à obtenção do título de mestre reconhecido nacionalmente com aprovação do MEC e avaliação do **Capes**.

“Diante desse quadro, não há como reconhecer que houve informação adequada sobre as condições do serviço educacional a ser prestado, ou seja, que se tratava de curso que não concedia o título de mestre, o que viola o direito a informação previsto artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor”, destacou o magistrado, ao explicar que a responsabilidade é solidária e decorre da ausência de informação ao consumidor da incapacidade de reconhecimento do certificado de mestrado.

“Assim, constatado que as demandadas Uniderc e Furne ofereceram curso de mestrado que, de fato, não era reconhecido pelo MEC e nem recomendado pela **Capes**, resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar”, ressaltou.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Capes seleciona bolsistas para doutorado nos EUA

Bolsas de estudo fazem parte do Programa Capes-Yale de Doutorado em Ciências Biomédica

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capex-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Os interessados têm até o dia 1º de novembro para realizar a inscrição.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa com notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Na oportunidade, os contemplados terão acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capex-Yale** propõe visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capex**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

No ato da inscrição, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica; Biologia Quantitativa; Biofísica e Biologia Estrutural; Biologia Computacional e Bioinformática; Imunologia; Microbiologia; Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento; Medicina Molecular; Farmacologia e

Fisiologia; Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

*com informações da **Capes**

topo ↕

IMIRANTE - TEMPO REAL

CAPES seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA São dez bolsas; inscrições seguem até 1 de novembro.

MARANHÃO - A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos recebe trabalhos Evento realizado em parceria entre USP e UFSCar acontece de 12 a 14 de fevereiro, em São Carlos, encerrando as atividades do Programa de Verão em Estatística

Estão abertas as inscrições para participação e para apresentação de trabalhos (pôster ou comunicação oral) no VIII Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos, que acontece de 12 a 14 de fevereiro de 2020 em São Carlos e tem como objetivo discutir novos desenvolvimentos em estatística, probabilidade e suas aplicações. As submissões de trabalhos podem ser feitas até 18 de janeiro.

O evento é uma realização do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em

Estatística (PIPGEs), oferecido em conjunto pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação (ICMC) da USP, em São Carlos, e pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A programação será composta por oito conferências plenárias, miniconferências e minicurso, além de sessões de apresentação de trabalhos e de duas sessões temáticas: uma sobre Aprendizado de Máquina e outra sobre Probabilidade. A agenda preliminar está disponível no site do evento.

As inscrições com desconto podem ser realizadas até 1º de fevereiro e variam de R\$ 25,00, para estudantes de graduação, a R\$ 70,00, para pesquisadores. Já estão confirmados participantes da Universidade de Amsterdam (Holanda); da Universidade de Connecticut (EUA); da Universidade de Washington (EUA), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e das universidades federais do Rio Grande do Norte (UFRN), de Pernambuco (UFPE), do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do ABC (UFABC).

O Workshop tem apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Associação Brasileira de Estatística (ABE) e do Centro de Ciências Matemáticas Aplicadas à Indústria (CeMEAI).

Programa de Verão em Estatística – Esse evento encerra a agenda do Programa de Verão em Estatística, que também é uma iniciativa do PIPGEs. As atividades são organizadas nos meses de janeiro e fevereiro de cada ano na cidade de São Carlos e estão concentradas na realização de cursos de curta e média duração, seminários e o Workshop de Métodos Estatísticos e Probabilísticos.

Texto: Gabriela Bidin – Assessoria de Comunicação do ICMC/USP

VIII Workshop de Métodos Probabilísticos e Estatísticos

Site: wpsm.icmc.usp.br

Data: 12, 13 e 14 de fevereiro de 2020

Local: Departamento de Estatística da UFSCar

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos – SP.

E-mail: wpsm.pipges@gmail.com

Programa de Verão em Estatística 2020

Site: estatisticaverao.icmc.usp.br

Data: de 2 de janeiro a 12 de fevereiro de 2020

Local: Departamento de Estatística da UFSCar

Endereço: Rodovia Washington Luis, km 235 – São Carlos – SP.

E-mail: pipges.verao.facebook@gmail.com

topo ↕

MAIS PB - TEMPO REAL

Instituições são condenadas a pagar indenização

A União de Instituições para o Desenvolvimento Educacional Religioso e Cultural Ltda (Uniderc) e a Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Furne) foram condenadas, de forma solidária, ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no valor de R\$ 14.200,00 em favor de Renata Bernardo Araújo. A sentença foi proferida pelo juiz Leonardo Sousa de Paiva Oliveira nos autos da ação nº 0822785-

67.2016.815.0001, em tramitação na 2ª Vara Cível de Campina Grande.

A autora afirma na ação que cursou mestrado em psicanálise aplicada à educação e saúde oferecido pela Uniderc, em parceria com a Furne, no valor de R\$ 7.200,00, em 24 parcelas mensais de R\$ 300,00. Entretanto, após o cumprimento de suas obrigações e o recebimento do diploma, teve sua progressão funcional negada pelo Município de Campina Grande, de onde é servidora pública, sob a fundamentação de que a instituição Uniderc não é reconhecida pelo MEC e o curso não é recomendado pela **Capes**.

A Furne alegou que além de não ser instituição de ensino superior, atuou apenas no apoio logístico do curso. Por sua vez, a Uniderc sustentou que apenas promoveu, em parceria, curso livre em área em que o Mec não exige regulamentação.

Na sentença, o juiz afirma que as informações divulgadas pelas instituições davam conta da realização de curso de mestrado em psicanálise na educação e saúde, fazendo acreditar que a autora estaria apta, ao final, à obtenção do título de mestre reconhecido nacionalmente com aprovação do Mec e avaliação do **Capes**.

“Diante desse quadro, não há como reconhecer que houve informação adequada sobre as condições do serviço educacional a ser prestado, ou seja, que se tratava de curso que não concedia o título de mestre, o que viola o direito a informação previsto artigo 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor”, destacou o magistrado, ao explicar que a responsabilidade é solidária e decorre da ausência de informação ao consumidor da incapacidade de reconhecimento do certificado de mestrado.

“Assim, constatado que as demandadas Uniderc e Furne ofereceram curso de mestrado que, de fato, não era reconhecido pelo Mec e nem recomendado pela **Capes**, resta caracterizado o ato ilícito e o dever de indenizar”, ressaltou.

Cabe recurso da decisão.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

CNPq diz que gastos com aluguéis não atrapalham bolsas de estudo

O órgão nega que a troca de sede tenha gerado mais despesas e diz que a redução de valores não resulta em ações de fomento à pesquisa

Os gastos com aluguéis e a possível troca de sede dividiu a cúpula do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A situação se agravou após pressões internas e acusações de altas despesas.

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o astronauta Marcos Pontes, já deu indícios de que pretende reduzir os gastos do CNPq com aluguéis e ordenar o retorno da autarquia para a sede antiga. Hoje, o órgão ocupa um prédio no Lago Sul, sob o custo de R\$ 744 mil mensais.

“Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa”, disse o ministro em recente entrevista.

A declaração desencadeou uma reação. Segundo o CNPq, o gasto com a locação da sede diminuiu 24%. O órgão desembolsava R\$ 984,5 mil. “Esse valor é resultado de sucessivas negociações com a proprietária do prédio, realizadas nos últimos dois anos, que reduziram o valor contratado do aluguel”, rebate o CNPq, em nota.

Governo rompe acordo, não faz repasses ao CNPq e ameaça bolsas
Além disso, segundo órgão, foi transferido à proprietária os custos com benfeitorias e manutenções prediais, como a instalação de usina fotovoltaica que proporciona economia estimada em cerca de 20% na despesa de energia elétrica, os gastos com brigada de incêndio, manutenção de ar condicionado e dos elevadores.

O órgão nega que a troca de endereço tenha gerado mais gastos. “A mudança da sede do CNPq foi uma necessidade, à época, de otimizar os custos redundantes com infraestrutura e a logística, tendo em vista que a agência ocupava, concomitantemente, três diferentes edifícios em Brasília, sendo que apenas um era de propriedade do CNPq e, portanto, isento de aluguel”, finaliza o texto.

Projetos

Desde o início do governo, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem se debruçado sob os gastos do CNPq. Chegou a ser cogitado que o órgão ocupasse prédios na Esplanada. A medida não vingou por questões de espaço. O local acabou ocupado pelo Ministério da Infraestrutura.

Está em andamento no CNPq um processo para iniciar uma consulta pública para identificar possibilidades para o prédio da CLN 507 que sejam mais vantajosas ao órgão, seja por permuta de edifício, construção de nova sede própria ou outra negociação de interesse ao erário.

Bolsas

Nos bastidores do governo federal, existe uma disputa pelo CNPq. Pontes defende que o órgão fique sob seu guarda-chuva. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer fundir a autarquia com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Pontes defende que as finanças do CNPq sejam reestruturadas para se evitar cortes de bolsas e de fomento à pesquisa. Para ele, “este o momento mais difícil” da autarquia desde sua criação, no início da década de 1950.

Apesar dos esforços para redução de gastos com aluguéis, o CNPq ressalta que isso não resulta em mais bolsas. “Reforçamos que qualquer redução de custos nesse contexto otimiza o gasto público com as atividades meio, aumentando a capacidade administrativa do CNPq, mas não resulta, necessariamente, em uma maior capacidade orçamentária para ações de fomento à pesquisa, tendo em vista que são rubricas diferente, pondera o texto.

[topo](#)

PARA+ - TEMPO REAL

Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capes**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a

Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capex-Yale** tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capex**, **Anderson Correia**.

“Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capex**

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Estão sendo ofertadas dez bolsas; inscrições seguem até 1º de novembro

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capex-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos,

e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capes-Yale** tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

“Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

PNB ONLINE - TEMPO REAL

Plantas do Pantanal reduzem dano ambiental causado por garimpo, aponta pesquisa

Estudo contribui para a diminuição do mercúrio no solo, um problema enfrentado por Mato Grosso há décadas e que causa graves prejuízos ambientais e à saúde humana.

Graças ao garimpo, a poluição do Pantanal por mercúrio é uma realidade enfrentada há décadas. A extração de metais como ouro na região, principalmente entre os anos de 1980 e 1990, contribuiu para uma contaminação ambiental que tem seus efeitos sentidos até hoje, quase 40 anos depois. Recentemente, um estudo de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) revelou que microorganismos contidos em duas espécies de plantas são capazes de promover a retirada de mercúrio de solos contaminados.

A pesquisa, desenvolvida pelo Instituto de Biociências em parceria com o Departamento de Engenharia Florestal da UFMT, descobriu que as plantas corticeira (*Aeschynomene Fluminensis*) e erva-de-bicho (*Polygonum acuminatum*), encontradas em Poconé, possuem microorganismos capazes de reter o mercúrio em si mesmos, liberando o solo do metal tóxico.

A descoberta foi possível ao observar que essas espécies cresciam bem em áreas altamente contaminadas: “A área que trabalhamos foi utilizada, na década de 80, como área para se fazer o enxágue, a separação do ouro e do mercúrio. Essa única área tem sete vezes mais mercúrio no solo do que o nível necessário para se isolar”, ressalta o professor Marcos Antônio Soares, doutor em biotecnologia e biodiversidade, e coordenador da pesquisa.

Com a reprodução de microorganismos encontrados nas duas espécies nas áreas contaminadas, os pesquisadores constataram que o mercúrio tinha praticamente desaparecido do solo. Isso é possível porque em parte a substância tóxica fica presa à planta e em parte é transformada em gás que é diluído na atmosfera, deixando de causar prejuízos. Microorganismo permite o bom desenvolvimento das espécies *Aeschynomene Fluminensis* e *Polygonum Acuminatum* mesmo na presença do metal tóxico mercúrio.

O processo natural de descontaminação de mercúrio pode levar décadas, mesmo após cessada a fonte de contaminação. Além de ser altamente tóxico, o metal também é bioacumulável e por isso, tende a passar por toda a cadeia alimentar de um bioma como o Pantanal. O resultado é que além da fauna e da flora, ele pode chegar ao homem via alimentação, por meio de animais, plantas ou água contaminada.

(Reprodução autorizada pelos pesquisadores)image (1).png
Microorganismo permite o bom desenvolvimento das espécies *Aeschynomene Fluminensis* e *Polygonum Acuminatum* mesmo na presença do metal tóxico mercúrio.

O resultado da pesquisa, que contou também com a participação de estudantes de doutorado, mestrado e graduação, encontra-se agora disponível para empresas interessadas em aplicar a tecnologia desenvolvida pela universidade. O estudo, que vem sendo desenvolvido desde 2017, só foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão do Ministério da Educação (MEC).

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Estão abertas vagas para bolsas de doutorado nos EUA, na Universidade Yale pela CAPES

Até dez projetos de doutorado podem ser financiados com bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Essa oportunidade está sendo oferecida pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos.

As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro, e a bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os candidatos aptos receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A **Capes-Yale** tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes, Anderson Correia**.

“Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção

internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

T1 NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Capes seleciona bolsistas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA Inscrições seguem até 1º de novembro no site da Capes.

Projetos de doutorado estão sendo selecionados para bolsas de estudo no Programa **Capex**-Yale de Doutorado em Ciências Biomédicas. A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos são os responsáveis pelo programa e seleção.

A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro e um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Agências Educa Mais Brasil

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF entra na Justiça para que MEC refaça a consulta pública sobre o Future-se Na ação civil pública, o MPF diz que o MEC não seguiu a legislação própria que regulamenta consultas públicas e exige, por exemplo, ampla e prévia divulgação e linguagem simples e objetiva dos documentos propostos.

O Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria Federal Direitos do Cidadão (PFDC), entrou na Justiça para que o Ministério da Educação refaça a consulta pública do Future-se, a proposta da pasta para alterar as formas de financiamento das universidades federais. Segundo o MPF, a consulta feita pelo MEC entre julho e agosto deste ano "não cumpriu minimamente os requisitos legais na área".

A ação também pede que o MEC suspenda a portaria de 30 de setembro que instituiu um grupo de juristas para consolidar as propostas apresentadas na "pré-consulta" pública e elaborar o projeto de lei do Future-se.

O G1 entrou em contato com o MEC, mas ainda não recebeu retorno até a publicação desta reportagem.

Leia a íntegra da proposta que foi a consulta pública

Entenda o rascunho do projeto de lei

O que é o Future-se

O Future-se é a proposta lançada em julho pelo MEC para ampliar as formas de financiamento das universidades federais –além do orçamento anual definido pelo Congresso Nacional, a pasta pretende usar recursos da União, como imóveis, para criar um fundo multimercado, no qual o rendimento seria repassado às instituições;

Para isso, o MEC propôs a alteração de 17 leis, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, a lei que trata dos fundos constitucionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as regras para isenção tributária de importações e as regras de deduções do imposto de renda;

Por enquanto, o Future-se é apenas um rascunho, e não há previsão de quando o MEC pretende encaminhar o projeto de lei para tirar a ideia do papel;

A adesão ao novo formato, segundo o MEC, é voluntária, mas a universidade que decidir aderir deverá aceitar todos os termos do Future-se, incluindo submeter-se a decisões de um Comitê Gestor, como quem poderá ser candidato ao cargo de reitor; A maior crítica que reitores e associações fizeram ao programa, até agora, é o fato de ele colocar em risco a autonomia das universidades.

Regulamento das consultas públicas

Assinada pelo procurador regional Enrico Rodrigues de Freitas, do Rio Grande do Sul, a ação civil pública diz que o governo, para realizar uma consulta pública, precisa seguir as regras definidas em dois decretos para todas as etapas do processo, incluindo "elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas recebidas". Mas o MEC, de acordo com o MPF, descumpriu esses requisitos.

Entre as irregularidades apontadas pela ação judicial estão o fato de que o MEC não teria dado "ampla e prévia divulgação do documento convocatório", além de não ter oferecido, aos participantes da consulta, "documentos em linguagem simples e objetiva", além dos "estudos e do material técnico que fundamentaram a proposta".

Além disso, o MPF diz que o MEC usou uma organização social sem contrato estabelecido para realizar a consulta, "embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas, em todas as suas etapas, pelo Poder Público".

Consulta x pré-consulta

Segundo o MPF, "embora tenha sido anunciada publicamente pelo Ministério da Educação como Consulta Pública, a pasta passou a nomear o procedimento como pré-consulta ou pesquisa após as irregularidades terem sido questionadas pelo Ministério Público Federal".

Como foi a consulta pública do Future-se

A consulta pública do Future-se foi lançada em 17 de julho, na mesma data de lançamento da proposta, em um evento capitaneado pelo ministro Abraham Weintraub.

O MEC afirmou, em mais de uma ocasião, que construiu o texto da proposta com base em reuniões feitas durante o ano com reitores. Uma versão resumida do documento foi apresentada a alguns reitores na véspera do lançamento oficial.

Os documentos em consulta, porém, não estavam disponíveis de forma aberta. Para ter acesso ao texto, o site exigia que o usuário primeiro criasse um cadastro com e-mail e CPF no sistema.

Já para enviar comentários sobre a proposta, o participante deveria preencher um perfil, indicando sua cidade e estado, faixa etária, nível de escolaridade e ocupação.

A cada capítulo, os participantes poderiam responder a perguntas objetivas sobre se consideram o texto "totalmente claro", "claro com ressalvas" ou "não está claro" – não havia uma opção específica para discordar totalmente da pergunta. Havia também pelo menos um campo por capítulo no qual os participantes poderiam incluir comentários por escrito. Na décima e última página do formulário, um último campo de texto ficava aberto para um "comentário geral sobre a proposta do programa".

Inicialmente, a pasta havia dito que a consulta ficaria aberta a contribuições até 15 de agosto. No dia 16, porém, ela foi adiada até 29 de agosto. Ao longo de mais de 40 dias, o MEC diz que 59.204 pessoas se cadastraram na plataforma e 20.462 responderam a pelo menos uma pergunta dos formulários – o MEC não esclareceu se as respostas se tratavam do formulário com dados pessoais, ou a comentários específicos sobre a proposta.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Einstein abre inscrição para pós-graduação em Ciências da Saúde

Instituição oferece 40 vagas para mestrado e doutorado. As inscrições podem ser feitas até o dia 18 de outubro

O Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Hospital Albert Einstein dispõe de 40 vagas para o Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Ciências da Saúde. As inscrições podem ser feitas até 18 de outubro de 2019.

As vagas são nos níveis de mestrado e doutorado. O programa tem quatro opções de linhas de pesquisa: Envelhecimento, Medicina Crítica, Medicina Molecular e Neurociências.

O objetivo dos cursos é formar profissionais capacitados para desenvolver carreira científica em instituições de ensino superior, institutos de pesquisa, empresas voltadas para saúde e biotecnologia e setores de gestão de saúde. Empreendedorismo e Inovação, Redação Científica, Didática, Inglês Científico e Gestão em Pesquisa são alguns exemplos de disciplinas oferecidas.

O processo seletivo para ingresso nos cursos de mestrado e doutorado será constituído por três fases: a primeira avaliará os documentos entregues na inscrição; na segunda, será aplicada prova de aptidão e redação; e, na terceira, o candidato deverá fazer apresentação do projeto de pesquisa e participar de entrevista com a banca examinadora.

As inscrições devem ser feitas pelo site do programa. Durante o processo de inscrição será exigido o envio de cópias da carteira de identidade, do CPF, do comprovante residencial, do diploma de graduação, do histórico escolar da graduação e do currículo Lattes, além de comprovante de proficiência em inglês, com validade de dois anos.

O resultado do processo seletivo será divulgado em 10 de dezembro, no site do programa.

Mais informações: <https://bit.ly/2IURele>.

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

CNPq vai voltar para imóvel próprio que está abandonado, diz Marcos Pontes a jornal

Ministro da Ciência e Tecnologia anunciou em entrevista ao Correio Braziliense que estuda reduzir equipe da agência: Preciso mesmo de tanta gente?

RIO — O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, anunciou que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai voltar para o prédio de sua sede original, na Asa Norte, em Brasília.

Conforme mostrou O GLOBO nesta terça-feira, o edifício está abandonado desde 2010, e a instituição já gastou R\$ 260 milhões no aluguel de um novo imóvel no Lago Sul.

Os gastos com aluguel contrapõem o período de escassez pelo qual atravessa o CNPq. Conforme estabelece a proposta orçamentária do governo, o órgão vai perder 87% da verba de fomento à pesquisa em 2020.

O anúncio foi feito em entrevista ao jornal "Correio Braziliense" nesta quarta-feira.

Pontes, no entanto, não deu prazos para a mudança. Ainda no âmbito do CNPq, o ministro se disse contra a proposta de fusão da instituição com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e aventou a possibilidade de reduzir o quadro de funcionários da agência de fomento à pesquisa.

"A própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa", defendeu o ministro, em referência às dificuldades no caixa do CNPq, que, segundo ele, fomenta o trabalho de 80 mil pesquisadores.

Diante do contingenciamento de 42,27% sobre a pasta, Pontes se mostra esperançoso diante dos R\$ 250 milhões oriundos do acordo da Petrobras com a Lava-Jato e direcionados para o ministério, o que cobriria precisamente os R\$ 248 milhões necessários para fechar as contas do ano. O ex-cosmonauta não descarta, ainda, um aporte emergencial do próprio Ministério da Economia.

O ministro ainda se mostrou desapontado com o descontingenciamento tímido nas verbas da pasta, e alerta que projetos em andamento dependem de mais dinheiro em caixa.

"Não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais", disse.

Pontes também se comprometeu com o funcionamento da Base Espacial de Alcântara, no Maranhão, até 2021 e com o leilão da tecnologia 5G até 2020.

Ainda na área da comunicação, disse apostar suas fichas nos projetos Nordeste Conectado e Norte Conectado, que ampliarão o acesso à banda larga nas duas regiões.

do país. No caso da Amazônia, prevê-se a instalação de mais de 10 mil quilômetros de fibra ótica nos rios amazônicos.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Universidades do Norte receberão R\$ 12,8 milhões

Apenas 6,44% dos recursos desbloqueados pelo MEC serão repassados aos centros universitários da região

As universidades e institutos federais de educação da Região Norte ficaram com apenas 6,44% do montante de recursos desbloqueados pelo Ministério da Educação (MEC) no final de setembro deste ano. Do total de R\$ 1,990 bilhão descontingenciado, as instituições nortistas receberam R\$ 128,1 milhões para cobrir despesas de custeio como água, energia elétrica, aquisição de materiais de consumo e outras prestações de serviço. O maior volume de recursos, quase 40%, foi para as quatro universidades e o instituto federal de educação do Estado do Pará que receberam R\$ 50,1 milhões. As instituições de ensino superior do Estado do Amazonas, ligadas ao MEC, ficaram com R\$ 24,5 milhões.

A verba da Fundação Universidade do Amazonas (Fuam) foi de R\$ 15,4 milhões e a do Instituto Federal de Educação (Ifam) ficou em R\$ 9,3 milhões. “Esses recursos vieram na hora certa e vai nos dar um fôlego até final de outubro, no caso dos fornecedores da capital Manaus, e até dezembro deste ano para as unidades do interior do estado”, disse professor Sylvio Puga. De acordo com a pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan), da Fundação Universidade do Amazonas, professora Kleomara Cerquinho, os R\$ 15,4 milhões liberados representam 40% do valor contingenciado pelo MEC (R\$ 38 milhões).

E vão ser utilizados para o pagamento de contratos terceirizados no campus de Manaus e dos municípios de Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins. “Esses pagamentos representam 90% dos serviços de água, energia elétrica, limpeza, segurança e outros serviços e deverão custeá-los até dezembro. Já os contratos da Ufam na capital serão honrados até o final deste mês de outubro”, explicou a pró-reitora de Planejamento da Ufam.

O governo federal promete fazer outros desbloqueios até o final deste ano. No caso da Fundação Universidade do Amazonas ainda faltam R\$ 22,5 milhões dos R\$ 38 milhões contingenciados pelo MEC. O orçamento da instituição em 2019, aprovado pelo Congresso foi de R\$ 149,81 milhões. Os R\$ 9 milhões liberados para o Instituto Federal do Amazonas (Ifam) representam 15% do total contingenciado pelo MEC (R\$ 28 milhões).

No desbloqueio dos R\$ 128,1 milhões pelo MEC para a Região Norte, as instituições de ensino superior do Acre ficaram com R\$ 9,4 milhões; as do Amapá, R\$ 7,7 milhões; a Universidade e o Instituto Federal de Rondônia com R\$ 12 milhões; as de Roraima, R\$ 8,1 milhões e as instituições de Tocantins, com R\$ 15,9 milhões.

Abraham Weintraub
MINISTRO DA EDUCAÇÃO

“O descontingenciamento de R\$ 1,990 bilhão mostra que tudo corre dentro do planejado e demonstra que o MEC não realizou cortes. A liberação de recursos é fruto da boa gestão e mostra que o governo do Bolsonaro cumpre a palavra. Não houve cortes em

hospitais universitários, não faltou alimentação no bandeirão e nenhuma universidade parou. Gostaria de destacar o trabalho realizado pelo Ministério da Economia e pela Casa Civil, que trabalharam próximos ao MEC. A crise está sendo deixada para trás com uma gestão eficiente. A gente está regularizando, sem interrupção dos serviços. Isso porque educação é uma prioridade para o governo do presidente Jair Bolsonaro. Por isso que estamos descontingenciando. O recurso está voltando agora, fruto da recuperação econômica e da geração de empregos”.

topo ↕

DIÁRIO CATARINENSE - SC - GERAL

Modelo da prova pode explicar resultados

A respeito dos números, a coordenadora do ensino de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Jadna Heimven, comenta que é difícil fazer uma análise porque para isso seria necessário um estudo aprofundado das universidades e dos resultados do Enade desde que ele vem sendo aplicado, em 2004. Porém, ela sugere que o fato de uma minoria dos cursos ter alcançado o conceito máximo, tanto em Santa Catarina quanto no Brasil, pode estar relacionado ao modelo da prova. – A prova do Enade tem um modelo integrado, que relaciona conteúdos de uma forma mais ampla. É possível que em alguns cursos os estudantes não estejam habituados a essa forma – observa. Segundo ela, esse mesmo motivo também pode explicar a diferença entre os resultados dos cursos de instituições públicas e particulares.

– Nas públicas, como é o caso da Udesc, nós temos um envolvimento e uma campanha para que os alunos participem do exame – comenta. Jadna Heimven ressalta que a avaliação divulgada pelo MEC na última sexta-feira diz respeito apenas às provas realizadas pelos estudantes no ano passado, e que o conceito geral dos cursos deve ser divulgado em novembro. Este último levará em conta, além da prova dos alunos, outros quesitos relacionados ao curso e à instituição.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Comitê gestor avalia resultados

SAEB

O comitê gestor das escolas de tempo integral da Prefeitura de Teresina apresentou, ontem, os resultados da terceira Prova Teresina e uma análise dos simulados 11 ao 17. Os encontros são para uma avaliação conjunta do desempenho dos alunos a partir da política de carga horária estendida.

A rede municipal de ensino conta atualmente com 16 unidades de ensino, que funcionam em jornada de tempo integral. Além das disciplinas comuns, como Geografia e Ciências, os estudantes assistem aulas de xadrez, teatro, dança e outros conteúdos diferenciados.

O desempenho desses alunos é discutido em encontros entre diretores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação (Semec). Os diretores apresentaram os resultados conquistados até agora.

A poucos dias da prova do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o foco está nos resultados de Língua Portuguesa e matemática, das turmas de 5º e 9º ano do Ensino Fundamental.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

Piauí tem R\$ 2,9 bi estimados do Fundeb

A importância do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para os Estados pode ser mensurada pelo montante de recursos injetados no Piauí para a melhoria do ensino. Dados catalogados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que a estimativa para 2019 é de R\$ 2,9 bilhões em repasses, abrangendo Estado e municípios. Apenas para o Governo do Piauí o montante previsto de janeiro até dezembro é de R\$ 945,1 milhões. Em Teresina, o indicativo é de R\$ 326,4 milhões. Cabe indicar que o Fundeb é uma das disposições transitórias da Constituição e, depois de 14 anos de vigência, está previsto para acabar em 2020. Assim, essa é uma das principais preocupações dos líderes estaduais em propor uma condição perene ao fundo. O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica é um tema abrangente no Fórum de Governadores, sendo que a sua coordenação está a cargo da governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT). “É importante não perder de vista a discussão sobre a política de financiamento da educação básica mais importante do país. São 40 milhões de pessoas atendidas, uma população maior que a de muitos países”, comentou.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

MEC lança programa idêntico ao Pronatec

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) lançou um programa voltado para ampliar a educação profissional e tecnológica, que permite cursos a distância. Batizado de Novos Caminhos, ele prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023 e, como o jornal “O Estado de S. Paulo” revelou, traz uma série de semelhanças com o Pronatec, criado pela ex-presidente da República Dilma Rousseff. A exemplo do programa anterior, ele prevê parcerias com o sistema S e a rede federal e faculdades privadas. Ao anunciar o Novos Caminhos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que cursos poderão ser dados por meio do “ensino parcial”, que mescla aulas presenciais com ensino a distância. “Essa combinação reduz dramaticamente o custo do aluno por ano”. O investimento por vaga dessa modalidade de aula seria entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000. Além de mais barata, essa forma de ensino traria maior eficiência, diz o ministro. Ele argumenta que alunos que optam por cursos técnicos têm origem mais humilde e despesas no deslocamento e de moradia para locais próximos da escola acabam aumentando a desistência do curso.

topo ↕

A CIDADE ON - TEMPO REAL

CAPES seleciona bolsas para doutorado na Universidade Yale, nos EUA

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. As inscrições devem ser realizadas até o dia 1º de novembro.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa. As notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos, servirão como comprovante de proficiência.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. Os

bolsistas terão ainda acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes**-Yale tem como objetivo melhor visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. "Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes", acrescenta.

Ao se inscreverem, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica, Biologia Quantitativa, Biofísica e Biologia Estrutural, Biologia Computacional e Bioinformática, Imunologia, Microbiologia, Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento, Medicina Molecular, Farmacologia e Fisiologia, Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

*Com informações da **Capes**

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando

Em entrevista, o ministro de Ciência e Tecnologia detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, e aponta outros detalhes para os próximos anos de governo

Buzz Lightyear, o famoso astronauta do desenho Toy Story, tinha como lema "ao infinito e além". Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Jair Bolsonaro, não é muito diferente. Sua meta é colocar o Brasil entre os 20 países mais inovadores do mundo e fazer da nação uma potência no lançamento de satélites. "Se eu não tivesse grandes metas, se eu nunca tivesse grandes objetivos, eu nunca chegaria ao espaço. Então, temos que colocar objetivos grandes", garante.

Nesta entrevista, concedida nesta terça-feira (8/10) pela manhã no ministério, ele detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, promover o uso da Base de Alcântara, expandir a cobertura de internet a todas as regiões do Brasil, incrementar os centros de inovação, concluir o acelerador de partículas, e, de quebra, criar um instituto de pesquisas oceanográficas, algo que o Brasil ainda não tem.

Com as dificuldades orçamentárias, o único brasileiro que já foi ao espaço manteve os pés fincados no chão nesses primeiros nove meses de governo, em que não faltaram altos e baixos, em especial, quando viu os recursos que garantem o custeio das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se esgotarem em setembro, mesmo com os constantes alertas de que o dinheiro iria acabar uma hora. "Às vezes, eu me sinto falando no deserto, pois a gente precisa motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia", diz.

Agora, mais tranquilo, com a pasta reestruturada, ele já tem inclusive datas para algumas das metas. Espera, por exemplo, ver a Base de Alcântara funcionando em 2021. Ele acredita que, este ano, o Congresso aprova o acordo de salvaguardas tecnológicas, depois, será mais um período para definição de modelo de negócios com o

empresariado nacional e internacional e comunidades locais. Passada essa fase, que deve levar de seis meses a um ano, chega-se à de execução e lançamentos propriamente ditos.

A conversa com jornalistas convidados se deu antes da sanção do novo marco regulatórios das telecomunicações, no Planalto, uma das apostas do governo para ampliar o acesso à internet aos pontos mais remotos do país. “Eu queria primeiro organizar as coisas em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e, quando estão prontas, eu entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo”, destaca Marcos Pontes. A seguir os principais trechos da entrevista.

Desafios como ministro

O ano tem sido corrido, mas muito bom, por outro lado, sabe? Porque eu brinco e falo que este ministério é o mais divertido que tem. É uma caixa de ferramenta que pode auxiliar todos os outros ministérios. A tecnologia está em todo o lugar e, aqui, a gente vai desde o incentivo de jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, que é uma coisa de que eu gosto muito, passando por pesquisa e inovação, até chegar à tecnologia aplicada. Fizemos algumas mudanças no ministério este ano, de forma que ele não fique só nas políticas públicas e nas regulações, mas que também apoie a chegar a um produto final. Há uma grande quantidade de conhecimento acumulado nas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas que, no final, termina num protótipo que fica num canto do laboratório cheio de poeira. A gente precisa pegar esse conhecimento e transformar em novos produtos, novas empresas e novos empregos. Então, o ministério tem uma função muito grande de servir como um hub que conecta todos esses esforços de inovação no país e ajuda a levá-los até o ponto-final.

Momentos de maior tensão

Eu diria que tudo tem acontecido como uma curva de Gauss (curva de probabilidade, em formato de sino). Começou relativamente tranquilo no final do ano passado, porque ainda faltava bastante tempo. À medida que foi chegando próximo do limite do dinheiro que a gente tinha, a tensão aumentou. Mas, agora, eu diria que já está na parte baixa da curva de novo. Vai dar certo. Estou muito animado com o ministério, porque começamos a ver resultados de coisas que nós queríamos colocar desde o ano passado, quando entramos na transição. À época, falei: o ministério precisa estar mais próximo das pessoas, dar mais qualidade de vida, ser mais produtivo, proativo. Reestruturamos nossas capacidades aqui dentro. Uma coisa muito boa foi a liberdade que eu recebi do presidente Jair Bolsonaro de poder escolher as pessoas. Não teve absolutamente nenhum tipo de pressão política. Com isso, eu tenho uma equipe em que posso confiar, de jogar uma meta e eles correrem atrás e isso ser cumprido.

Expansão da banda larga

Deve sair nas próximas semanas o orçamento para a gente fazer a conexão do Nordeste Conectado. Para este ano, o orçamento é de R\$ 30 milhões. Para o ano que vem, de R\$ 53 milhões. Nesse projeto, são 77 cidades conectadas com um backbone (rede principal) que vai transportar 100 gigabytes por segundo e interligar mais de 2,5 mil universidades e escolas nesse caminho, 736 unidades básicas de saúde e hospitais, delegacias e prefeituras.

Também tem o Norte Conectado, que vai recuperar o projeto chamado Amazônia Conectada. Vai ser a maior extensão de fibra ótica instalada em um projeto, com mais de 10 mil km de fibra pelos rios da Amazônia, que atenderá a boa parte das cidades mais próximas dos rios. A gente tem que levar fibra ótica para essas cidades por razões normais, porque melhora a economia, segurança, educação e saúde.

Satélite SGDC

O nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) estava parado até o ano passado. Não estava sendo usado. Ele tinha, pasmem, apenas seis antenas conectadas, sendo que o satélite tem capacidade para 50 mil pontos. Quando cheguei, quis saber o que estava enroscado nesse negócio. Tive que ajustar processos que chegaram ao STF e ao TCU, e resolvemos o problema. Hoje, já têm mais de 10 mil pontos instalados. Isso atende a mais de 3 milhões de crianças que vivem em locais distantes, nas comunidades em que não chegava internet. Agora, estamos loteando o restante dos pontos com outros ministérios, como os da Cidadania, da Agricultura e da Justiça.

Internet 5G

Ela está chegando. Já limpamos três das quatro faixas de frequência completamente para fazer a transição. Estava previsto para fazermos o leilão dessas frequências em março do ano que vem, mas vai atrasar um pouco. No entanto, deve ser em 2020 ainda o leilão da 5G. Isso vai ser muito bacana também porque a gente vai ter 5G sendo colocada nas cidades, mas também porque vai melhorar a produtividade geral em todas as coisas.

Além disso, tem um valor associado ao leilão, o que vai me dar mais recursos para poder investir no país e melhorar a infraestrutura. Não foi determinado ainda (como serão divididos os recursos do leilão), mas pretendo ter uma parcela considerável em termos de obrigações, porque conectar um país desse tamanho não é fácil e não é barato.

Mas, de qualquer forma, a instalação da 5G não vai ser rápida. Existe uma sequência e temos de determinar a maneira mais eficiente de fazer essa migração, de forma a reduzir a possibilidade de interferência. A gente ainda não bateu martelo de como isso vai ser.

Orçamento do ministério

Essa questão do orçamento pegou todo mundo. Este e o ano que vem, diga-se de passagem, são anos de preparação. Nós pegamos a situação fiscal bastante complexa e ruim, e os nossos orçamentos foram contingenciados no começo do ano. No nosso ministério foi 42,27% de contingenciamento, quase metade. Então, você tem que ajustar os seus gastos, ajustar os custos e priorizar os projetos, de forma a manter o andamento. Então, a primeira coisa que nós protegemos foram as unidades de pesquisa. O orçamento já era baixo. Se eu cortasse o orçamento dali, inviabilizaria essas pesquisas. Mas nenhuma unidade de pesquisa teve orçamento contingenciado durante o ano. A gente saiu apertando o cinto em todos os lugares para proteger a parte operacional, especialmente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que são a irrigação da pesquisa básica do país.

Não houve nenhum contingenciamento nas bolsas até o momento em que tínhamos dinheiro. Já se sabia que, para chegar até o fim do ano com a quantidade de bolsas que

nós tínhamos para cumprir todos os contratos, deveríamos ter R\$ 1,58 bilhão, mas tínhamos, no orçamento feito no ano passado, R\$ 784 milhões. Então, já tinha deficit inicial. Além disso, o mês de dezembro do ano passado, a gente pagou com o orçamento deste ano, o que aumentou o deficit. Então, esse deficit chegou a R\$ 330 milhões. Desde o começo do ano, tenho falado sobre isso: “Olha, a gente precisa cobrir aí”. Vim avisando que só tinha como pagar até agosto, e, de fato, entrou em situação de emergência no último mês. E o que eu fiz: peguei R\$ 82 milhões, que correspondem a um mês, da parte de fomento e passei para a área de bolsas.

Agora, vêm os próximos meses. A gente está no aguardo. Tem duas possibilidades. Uma delas é os R\$ 250 milhões que foram destinados para a gente pelo acordo da Petrobras e da Lava-Jato, que é quase o valor exato que a gente precisa (R\$ 248 milhões). Ou pode ser “dinheiro novo” injetado pelo Ministério da Economia por meio de projeto de lei no Congresso. Mas a indicação é muito boa, e diria que estou mais tranquilo, porque estava tenso demais. Tenho uma expectativa muito boa de que a gente consiga terminar o ano pagando todas as bolsas e ficando tranquilo.

CNPq

Até agora, a situação mais difícil vivida na pasta foi a questão do CNPq. Se você se coloca no lugar de qualquer um desses 80 mil pesquisadores que estão sem saber como será o próximo mês, é uma situação complicada. Passei muitas noites sem dormir pensando nisso. Não por mim, mas porque podemos interferir na vida das pessoas, e o ministério está aqui para fazer o bem, e não o contrário.

A junção do CNPq com a **Capes** não faz muito sentido, exceto na parte econômica. E, se houver a necessidade de juntar os dois, o local ideal é dentro do ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas.

Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa.

Descontingenciamento

Esse primeiro desbloqueio não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais. Estou esperando um desbloqueio de recursos para o Projeto Sirius em torno de R\$ 80 milhões. Depois R\$ 30 milhões para o projeto Nordeste Conectado. Mais cerca de R\$ 10 milhões para o Norte Conectar. O que eu estou esperando dá um total de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Me falaram que dá tranquilo para ter esse valor. Eles falaram que ia ter reunião da Junta de Execução Orçamentária esta semana, então mais um desbloqueio deve estar próximo.

Salvaguardas tecnológicas

Estamos prestes a aprovar o acordo com os Estados Unidos, e isso, obviamente, sendo do setor, para mim é uma coisa que conta muito. Tem a parte de aplicação militar da Força Aérea Brasileira, que é uma coisa, mas do ponto de vista daqui do ministério, o Centro Espacial de Alcântara (MA) também pode ter aplicação comercial. Então, eu quero empresas de outros países pagando para fazer lançamentos aqui.

O acordo beneficia só o Brasil, pois é simplesmente uma permissão dos EUA para que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que contenham algum componente americano. Desenvolver uma área espacial no país contribui com um monte de coisas. O país vai ter soberania no momento em que a gente conseguir projetar os nossos satélites, e construir, testar, decolar e operar esses satélites. O fato de você operar o Centro Espacial de Alcântara de uma forma comercial nos dará recursos para desenvolver esses satélites no Brasil, além do desenvolvimento da região, que é muito importante também, mesmo porque você precisa desenvolver aquilo para poder atrair clientes.

A costa norte do país é muito boa para lançar em qualquer ângulo de órbita sem ter interferência no meio, por estar perto (da linha) do Equador. Algumas empresas dos EUA, do Japão e da Itália já demonstraram interesse, mas eu não estou preocupado com isso agora, porque quero, primeiro, passar o acordo no Congresso.

Dividi esse projeto em três fases. A primeira é assinatura do acordo e aprovação do acordo pelo Congresso. Uma vez aprovado, eu entro para a segunda fase, que são planos de negócio, que significa ir ao estado, conversar com as empresas internacionais, com as comunidades e com o governo local. E, na terceira fase, a gente passa para execução, que é começar os lançamentos propriamente ditos. Se for muito rápido, neste ano ainda a gente passa no Congresso. Nos seis primeiros meses do ano que vem, a gente faz esses planos de negócios, tem os ajustes necessários em mais seis meses e começa a operar em 2021.

É um ponto de inflexão das telecomunicações do país. Estava enroscada fazia anos e, agora, vai ser uma mudança muito grande para o futuro das telecomunicações e a possibilidade de conectar o país como um todo.

Vão vir desdobramentos para ajustar políticas públicas e portarias. A Secretaria de Telecomunicações já está trabalhando com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — pois ela faz a fiscalização, e a gente, a política pública —, para definirmos onde vai ser aplicado qual recurso. Então, esse decreto será feito de forma a direcionar esses recursos, que vão vir dos bens reversíveis, que estão sendo calculados pela Anatel e pelo TCU, e será publicado até novembro.

Mas espero que não seja menor do que R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões. Um valor considerável e importante para o país. Essa política pública vai ser construída a várias mãos, de forma que a gente possa atender às necessidades do país.

Sirius

O Projeto Sirius está nessa briga pelo orçamento. É um projeto importantíssimo para o país. O pessoal da Economia e da Casa Civil já comprou a ideia. Vai ter um investimento este ano e no ano que vem, mas não é tudo o que a gente queria ter. São R\$ 150 milhões para o Sirius, e já dá para acender algumas das linhas. Você pode pensar no Sirius como um grande microscópio. Ele analisa qualquer tipo de matéria. Um exemplo de utilização dele é na área de farmácia, no desenvolvimento de novos remédios. Outra é no pré-sal. Imagina conseguir melhorar a produção do pré-sal em 20%? Um acelerador de partículas desses é caro, mas é um investimento.

Ciência e tecnologia não são custos, são investimentos. A gente investiu R\$ 1,3 bilhão

no Sirius até agora. Para terminar, preciso de mais uns R\$ 400 milhões. Agora estaremos colocando mais R\$ 150 milhões lá. Está perto de terminar, e já vai acender algumas linhas e começar a produzir. É um projeto extremamente importante, ao qual a gente deu prioridade por causa disso. Até metade do ano que vem, pretendemos acender duas ou três linhas. Ao todo, podemos acender 27 linhas. Do dinheiro que foi investido no Sirius, 87% foi investido no Brasil, com empresas brasileiras, produzindo emprego no Brasil.

Inteligência artificial

O Brasil não pode ficar para trás em inteligência artificial. A gente tem esforços esparsos no país e temos que juntar esses esforços. Trabalhamos junto com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para criar oito laboratórios de inteligência artificial no país. Ontem (segunda-feira) estava começando a revisar o edital para isso.

Quatro deles serão em São Paulo e o restante, fora de São Paulo. Esses laboratórios vão interconectar em rede todos os esforços sendo feitos no país. Um deles é para trabalhar na ponta da inteligência artificial, como se fosse uma inteligência artificial geral. Ele será conectado com segurança cibernética, porque pode dar resultados e pegar demandas da área. Os outros laboratórios serão para inteligência artificial aplicada. A princípio, eles serão aplicados à agricultura, saúde, cidades, indústria, serviços e gestão e administração.

A inteligência artificial sendo usada para melhorar serviços do governo como um todo. Na área de saúde, por exemplo, estamos com um projeto em 10 hospitais e queremos ampliar para 100 hospitais. Muita gente morre por falta de assepsia, e se a gente conseguir detectar isso antes, no começo do problema, conseguimos salvar a pessoa. Para isso, tem um sistema que estamos financiando aqui que ajuda nisso. Ele observa, mapeia os resultados dos exames e, quando nota qualquer indício de que um paciente vai ter infecção, avisa. Dessa forma, o médico pode tomar providências para salvar aquela pessoa. Outra ideia mais simples, mas interessante, é um sistema de leitura do sangue.

Tem gente que detesta tirar sangue, e há um sistema que permite que você coloque o dedo em um leitor digital, que emite um tipo de luz eletromagnética por um minuto e meio, e o sistema consegue ler o espectro da sua corrente sanguínea. O sistema consegue determinar quais moléculas fazem parte e faz um exame de sangue completo somente com o dedo. Como está no primeiro estágio, os resultados são comparados com exames de sangue feitos de forma tradicional. O sistema já tem 75% de acerto. A ideia é colocar isso na rede de hospitais públicos. É barato para colocar esse tipo de coisa. As tecnologias já estão sendo feitas. É só questão de dar o pulo final para certificação e jogar no mercado.

Brasil, país inovador

Ainda não somos um país inovador. Eu acho que a gente tem um longo caminho pela frente. Existe um índice de inovação que é calculado sob a análise de 78 indicadores, ou mais, e o Brasil está em 66º lugar. Em termos de produção de conhecimento, nós estamos entre 12º e 14º. Ou seja, a gente está muito bem em publicações e muito mal, no meu ponto de vista, em inovações. O ideal para um país como o nosso era estar entre os 20 primeiros.

Essa (discrepância) é a questão a que a gente tem que responder aqui. A gente tem um mea culpa a fazer. Lógico que não depende só de nós, depende de outros ministérios também, mas isso é culpa nossa, porque a gente não está incentivando as empresas a participarem.

Materiais avançados

O presidente Jair Bolsonaro tem falado bastante desde o ano passado sobre grafeno, nióbio, terras raras e etc. Está em processo final a criação de uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, assim como uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Inteligência Artificial. Vai sair como dois decretos. Assim que sair a política de materiais avançados, vamos lançar o primeiro laboratório de grafeno, nióbio e terras raras. A produção de grafeno deve ser no Rio de Janeiro. Eles acreditam que é um bom investimento fazer isso lá para o Estado como um todo.

O laboratório vai ajudar nas técnicas de produção e no desenvolvimento de tecnologias para produtos. O laboratório vai sair ainda este ano. Uma vez publicado o decreto da Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, o laboratório sai em menos de um mês. Porque, na verdade, vamos pegar um laboratório nosso e converter para que ele comece a trabalhar focado em grafeno. Não quero construir nada novo.

Ensino superior

No ano passado, durante a transição, a ideia era trazer o ensino superior para cá. Mas eu não quis a junção naquela época, porque eu já tinha identificado os problemas do ministério, e precisava organizar tudo primeiro. Depois, vamos preparar o caminho e, gradualmente, trazer o ensino superior. Isso pode ser que aconteça a partir do ano que vem. É uma hipótese interessante, de que eu gosto, porque a minha ideia é utilizar as universidades e, principalmente, os institutos federais como vetores de inovação no país. Isso a gente precisa ter bem claro.

Pesquisadores/concursos

A gente entra em uma negociação grande com a Economia, porque o peso da folha de pessoal é muito grande, então, eu não estou sentindo muita possibilidade de ter concursos públicos em breve para recontratar. Não é fácil contratar um pesquisador, porque demora para ser desenvolvido o conhecimento em determinada área. Essa reposição de pesquisadores é complexa. Aí é onde entra a importância das bolsas do CNPq. Às vezes, eu me sinto falando no deserto sobre a questão de bolsas do CNPq, importância do CNPq. Vai nas universidades, centros de pesquisas, empresas que trabalham com pesquisas e pergunta quantos já tiveram bolsa do CNPq. Você vai ver a quantidade deles.

O CNPq é importante para a formação da pesquisa básica no país. Usamos essas bolsas para formar um pesquisador júnior. Quando o pesquisador sênior se aposentar, você já tem uma pessoa treinada para aquilo. O problema é contratar essas pessoas. É um problema sério que a gente tem. E eu não tenho uma solução ainda para isso. O concurso público seria uma, mas não tenho solução agora. Não é só segurar os nossos pesquisadores no país, eu quero atrair pesquisadores de fora para trabalhar aqui.

O incentivo acontece quando o setor privado começa a investir no sistema e começa a ter projetos com duração e investimentos privados. Não adianta esperar que as empresas

participem da pesquisa básica. Isso é função do Estado. Você alimenta pesquisa básica, tem um sistema bem estruturado de desenvolvimento de pesquisa aplicada, com isso consegue atrair investimentos do setor privado e atrair salários bons. E, convenhamos, o pesquisador tem que ser recompensado com salários adequados para a importância que ele tem. Dessa forma, a gente muda e começa a atrair gente. O deficit de pesquisadores vai aumentar.

Demissão no Inpe

O Inpe está firme e forte, como sempre esteve, produzindo dados. Os dados são corretos. A interpretação dos dados daquela época é que foi incorreta. A questão do Galvão não teve nada a ver com dados do Inpe, teve a ver com a atitude dele em brigar com o presidente publicamente, o que não funciona. Ele acabou passando por cima de mim, a gente conversou e ficou completamente desconfortável. Hoje, está lá o Darcton Damião, que é um especialista da área. O Inpe está muito bem e vai ser ampliado. A gente tem planos para o Inpe ser um sistema de modelamento com dados completos. Com uma junção de vários tipos de dados que vão servir para modelamento de atmosfera e uma série de outras coisas.

Relações internacionais

É onde eu levo vantagem pelo fato de ser astronauta. O cargo vem na frente do nome. Por exemplo, vocês notaram que geralmente eu vou alguns meses antes do presidente ir aos lugares. Isso não é por acaso. Eu fui a Israel e conversei sobre tecnologia. E tecnologia é interessante, porque acaba influenciando em todas as áreas. Existia um acordo, por exemplo, entre os respectivos ministérios de ciência e tecnologia e eu conversei com o ministro de lá e conversei com o Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Isso é interessante porque, geralmente, para você ter acesso como ministro ao chefe de Estado, primeiro-ministro, príncipe, é raro.

Geralmente, eles não conversam muito com os ministros, conversam com os outros chefes de Estado, mas a função de astronauta acaba chamando a atenção. Ai eles querem conversar comigo para perguntar como é no espaço, como me sinto no espaço. Eu falei para o Netanyahu: “Já que tem esse acordo entre os dois países na área dos dois ministérios, a gente podia levar isso a nível de país que, com isso, a gente consegue encaixar uma série de outras possibilidades. Como um acordo guarda-chuva, em que a gente consegue encaixar agricultura, defesa, saúde e outras áreas que usam tecnologia”. Aí ele falou: “Vamos fazer”. Fizemos, preparamos o acordo, e, quando o presidente foi lá, já tinha um acordo entre países. Isso é uma coisa boa de você abrir caminho.

Pesquisa oceanográficas

Não temos um instituto de pesquisas oceanográficas. A gente tem coisas espalhadas. A Marinha tem alguma coisa, a USP outra, mas não tem um instituto para isso. A gente tem o Projeto Pirata, que tem 12 boias. Um litoral do tamanho do Brasil com 12 boias não faz nem cócegas. Temos que ter milhares de boias espalhadas. Temos que ter pesquisadores com navios e submarinos. A gente precisa explorar mais, cientificamente falando, o nosso litoral, o nosso mar. Utilizar satélites para captar esses dados todos. Essa é outra grande batalha.

Pendências

A primeira pendência pra mim é conectar o Brasil. A infraestrutura de conexão do Brasil, com fibra ótica e satélite. Levar internet para dentro da cidade, para fora da

idades, para propriedades rurais, fazendas.

Motivo do silêncio

Eu queria primeiro organizar as coisas. em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, eu esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e quando está pronto eu te entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo.

Privatizações

Vamos com calma. Isso está sendo feito de uma maneira bem-feita. As nossas três empresas, Citec (Comissão de Incorporação de Tecnologias), Correios e Telebras, entraram para o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Vão ser feitos estudos e, dentro desses estudos, (a decisão de privatizar) vai ser determinada primeiro pela melhor governança e gestão das empresas. Porque não vale a pena você vender um caco. Então, melhorar a governança das empresas, melhorar a gestão, melhorar a empresa em si. PPIs servem pra isso e, também, qual é a melhor maneira de fazer. Porque são empresas grandes e importantes. Isso está sendo feito lá no PPI.

Eu não sou contra, absolutamente. Sou a favor de a gente fazer a coisa da maneira correta, e isso está sendo feito. Então, estou muito feliz de que as empresas estejam lá no PPI. Os estudos estão sendo feitos. No final desses estudos, pode ser que eu fale: “Ok, essa empresa, por alguma razão, é importante ficar no governo”.

Quando você faz essa privatização, tem que preservar a utilização pública. A Telebras tem uma importância pública grande em termos de conectar o país. Igual aos Correios, que é a instituição no país, que está em basicamente todas as cidades. Então, preservados esses interesses públicos, eu acho que não tem problema nenhum. É um caminho de você modernizar as coisas, fazer com que fique mais dinâmico, melhor para os funcionários também.

Teve uma audiência pública em que conversei com os funcionários dos Correios, porque é ruim essa situação de ficar na dúvida do que vai acontecer. Mas o Floriano (Peixoto, presidente dos Correios) tem trabalhado nisso, de reforçar a governança, resolver os problemas de gestão da empresa. E foi um compromisso que eu assumi quando acabou a audiência, de colocar algumas ações.

Primeiro, para o Floriano: vai continuar a reforçar a empresa. Quanto mais forte estiver a empresa, melhor, inclusive para o caso de privatização. Segundo: eu vou correr atrás de saber o mais rápido possível e definir se entra para a privatização ou no PPI. Agora, ela está nessa situação e existe um marco regulatório. Durante o processo, caso ela vá para o Plano Nacional de Desestatização, no meio do caminho tem que ser construído um marco regulatório, que inclui todas essas condições de manutenção dos serviços essenciais públicos; e dos funcionários, de como que eles têm que ser preservados e como vão ser feitos esses acordos.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Marcos Pontes : Prefiro trabalhar a ficar cacarejando

Buzz Lightyear, o famoso astronauta do desenho Toy Story, tinha como lema “ao infinito e além”. Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Jair Bolsonaro, não é muito diferente. Sua meta é colocar o Brasil entre os 20 países mais inovadores do mundo e fazer da nação uma potência no lançamento de satélites. “Se eu não tivesse grandes metas, se eu nunca tivesse grandes objetivos, eu nunca chegaria ao espaço. Então, temos que colocar objetivos grandes”, garante.

Nesta entrevista, concedida nesta terça-feira (8) pela manhã no ministério, ele detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, promover o uso da Base de Alcântara, expandir a cobertura de internet a todas as regiões do Brasil, incrementar os centros de inovação, concluir o acelerador de partículas, e, de quebra, criar um instituto de pesquisas oceanográficas, algo que o Brasil ainda não tem.

Com as dificuldades orçamentárias, o único brasileiro que já foi ao espaço manteve os pés fincados no chão nesses primeiros nove meses de governo, em que não faltaram altos e baixos, em especial, quando viu os recursos que garantem o custeio das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se esgotarem em setembro, mesmo com os constantes alertas de que o dinheiro iria acabar uma hora. “Às vezes, eu me sinto falando no deserto, pois a gente precisa motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia”, diz.

Agora, mais tranquilo, com a pasta reestruturada, ele já tem inclusive datas para algumas das metas. Espera, por exemplo, ver a Base de Alcântara funcionando em 2021. Ele acredita que, este ano, o Congresso aprova o acordo de salvaguardas tecnológicas, depois, será mais um período para definição de modelo de negócios com o empresariado nacional e internacional e comunidades locais. Passada essa fase, que deve levar de seis meses a um ano, chega-se à de execução e lançamentos propriamente ditos.

A conversa com jornalistas convidados se deu antes da sanção do novo marco regulatório das telecomunicações, no Planalto, uma das apostas do governo para ampliar o acesso à internet aos pontos mais remotos do país. “Eu queria primeiro organizar as coisas em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e, quando estão prontas, eu entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo”, destaca Marcos Pontes. A seguir os principais trechos da entrevista.

Desafios como ministro

O ano tem sido corrido, mas muito bom, por outro lado, sabe? Porque eu brinco e falo que este ministério é o mais divertido que tem. É uma caixa de ferramenta que pode auxiliar todos os outros ministérios. A tecnologia está em todo o lugar e, aqui, a gente vai desde o incentivo de jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, que é uma coisa de que eu gosto muito, passando por pesquisa e inovação, até chegar à tecnologia aplicada. Fizemos algumas mudanças no ministério este ano, de forma que ele não fique só nas políticas públicas e nas regulações, mas que também apoie a chegar a um produto final. Há uma grande quantidade de conhecimento acumulado nas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas que, no final, termina num protótipo que fica num

canto do laboratório cheio de poeira. A gente precisa pegar esse conhecimento e transformar em novos produtos, novas empresas e novos empregos. Então, o ministério tem uma função muito grande de servir como um hub que conecta todos esses esforços de inovação no país e ajuda a levá-los até o ponto-final.

Momentos de maior tensão

Eu diria que tudo tem acontecido como uma curva de Gauss (curva de probabilidade, em formato de sino). Começou relativamente tranquilo no final do ano passado, porque ainda faltava bastante tempo. À medida que foi chegando próximo do limite do dinheiro que a gente tinha, a tensão aumentou. Mas ,agora, eu diria que já está na parte baixa da curva de novo. Vai dar certo. Estou muito animado com o ministério, porque começamos a ver resultados de coisas que nós queríamos colocar desde o ano passado, quando entramos na transição. À época, falei: o ministério precisa estar mais próximo das pessoas, dar mais qualidade de vida, ser mais produtivo, proativo. Reestruturamos nossa capacidades aqui dentro. Uma coisa muito boa foi a liberdade que eu recebi do presidente Jair Bolsonaro de poder escolher as pessoas. Não teve absolutamente nenhum tipo de pressão política. Com isso, eu tenho uma equipe em que posso confiar, de jogar uma meta e eles correrem atrás e isso ser cumprido.

Expansão da banda larga

Deve sair nas próximas semanas o orçamento para a gente fazer a conexão do Nordeste Conectado. Para este ano, o orçamento é de R\$ 30 milhões. Para o ano que vem, de R\$ 53 milhões. Nesse projeto, são 77 cidades conectadas com um backbone (rede principal) que vai transportar 100 gigabytes por segundo e interligar mais de 2,5 mil universidades e escolas nesse caminho, 736 unidades básicas de saúde e hospitais, delegacias e prefeituras.

Também tem o Norte Conectado, que vai recuperar o projeto chamado Amazônia Conectada. Vai ser a maior extensão de fibra ótica instalada em um projeto, com mais de 10 mil km de fibra pelos rios da Amazônia, que atenderá a boa parte das cidades mais próximas dos rios. A gente tem que levar fibra ótica para essas cidades por razões normais, porque melhora a economia, segurança, educação e saúde.

Satélite SGDC

O nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) estava parado até o ano passado. Não estava sendo usado. Ele tinha, pasmem, apenas seis antenas conectadas, sendo que o satélite tem capacidade para 50 mil pontos. Quando cheguei, quis saber o que estava enroscado nesse negócio. Tive que ajustar processos que chegaram ao STF e ao TCU, e resolvemos o problema. Hoje, já têm mais de 10 mil pontos instalados. Isso atende a mais de 3 milhões de crianças que vivem em locais distantes, nas comunidades em que não chegava internet. Agora, estamos loteando o restante dos pontos com outros ministérios, como os da Cidadania, da Agricultura e da Justiça.

Internet 5G

Ela está chegando. Já limpamos três das quatro faixas de frequência completamente para fazer a transição. Estava previsto para fazermos o leilão dessas frequências em março do ano que vem, mas vai atrasar um pouco. No entanto, deve ser em 2020 ainda o leilão da 5G. Isso vai ser muito bacana também porque a gente vai ter 5G sendo colocada nas cidades, mas também porque vai melhorar a produtividade geral em todas as coisas.

Além disso, tem um valor associado ao leilão, o que vai me dar mais recursos para poder investir no país e melhorar a infraestrutura. Não foi determinado ainda (como serão divididos os recursos do leilão), mas pretendo ter uma parcela considerável em termos de obrigações, porque conectar um país desse tamanho não é fácil e não é barato. Mas, de qualquer forma, a instalação da 5G não vai ser rápida. Existe uma sequência e temos de determinar a maneira mais eficiente de fazer essa migração, de forma a reduzir a possibilidade de interferência. A gente ainda não bateu martelo de como isso vai ser.

Orçamento do ministério

Essa questão do orçamento pegou todo mundo. Este e o ano que vem, diga-se de passagem, são anos de preparação. Nós pegamos a situação fiscal bastante complexa e ruim, e os nossos orçamentos foram contingenciados no começo do ano. No nosso ministério foi 42,27% de contingenciamento, quase metade. Então, você tem que ajustar os seus gastos, ajustar os custos e priorizar os projetos, de forma a manter o andamento. Então, a primeira coisa que nós protegemos foram as unidades de pesquisa. O orçamento já era baixo. Se eu cortasse o orçamento dali, inviabilizaria essas pesquisas. Mas nenhuma unidade de pesquisa teve orçamento contingenciado durante o ano. A gente saiu apertando o cinto em todos os lugares para proteger a parte operacional, especialmente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que são a irrigação da pesquisa básica do país.

Não houve nenhum contingenciamento nas bolsas até o momento em que tínhamos dinheiro. Já se sabia que, para chegar até o fim do ano com a quantidade de bolsas que nós tínhamos para cumprir todos os contratos, deveríamos ter R\$ 1,58 bilhão, mas tínhamos, no orçamento feito no ano passado, R\$ 784 milhões. Então, já tinha deficit inicial. Além disso, o mês de dezembro do ano passado, a gente pagou com o orçamento deste ano, o que aumentou o deficit. Então, esse deficit chegou a R\$ 330 milhões. Desde o começo do ano, tenho falado sobre isso: “Olha, a gente precisa cobrir aí”. Vim avisando que só tinha como pagar até agosto, e, de fato, entrou em situação de emergência no último mês. E o que eu fiz: peguei R\$ 82 milhões, que correspondem a um mês, da parte de fomento e passei para a área de bolsas.

Agora, vêm os próximos meses. A gente está no aguardo. Tem duas possibilidades. Uma delas é os R\$ 250 milhões que foram destinados para a gente pelo acordo da Petrobras e da Lava-Jato, que é quase o valor exato que a gente precisa (R\$ 248 milhões). Ou pode ser “dinheiro novo” injetado pelo Ministério da Economia por meio de projeto de lei no Congresso. Mas a indicação é muito boa, e diria que estou mais tranquilo, porque estava tenso demais. Tenho uma expectativa muito boa de que a gente consiga terminar o ano pagando todas as bolsas e ficando tranquilo.

CNPq

Até agora, a situação mais difícil vivida na pasta foi a questão do CNPq. Se você se coloca no lugar de qualquer um desses 80 mil pesquisadores que estão sem saber como será o próximo mês, é uma situação complicada. Passei muitas noites sem dormir pensando nisso. Não por mim, mas porque podemos interferir na vida das pessoas, e o ministério está aqui para fazer o bem, e não o contrário.

A junção do CNPq com a **Capex** não faz muito sentido, exceto na parte econômica. E, se houver a necessidade de juntar os dois, o local ideal é dentro do ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas.

Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa.

Descontingenciamento

Esse primeiro desbloqueio não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais. Estou esperando um desbloqueio de recursos para o Projeto Sirius em torno de R\$ 80 milhões. Depois R\$ 30 milhões para o projeto Nordeste Conectado. Mais cerca de R\$ 10 milhões para o Norte Conectar. O que eu estou esperando dá um total de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Me falaram que dá tranquilo para ter esse valor. Eles falaram que ia ter reunião da Junta de Execução Orçamentária esta semana, então mais um desbloqueio deve estar próximo.

Salvaguardas tecnológicas

Estamos prestes a aprovar o acordo com os Estados Unidos, e isso, obviamente, sendo do setor, para mim é uma coisa que conta muito. Tem a parte de aplicação militar da Força Aérea Brasileira, que é uma coisa, mas do ponto de vista daqui do ministério, o Centro Espacial de Alcântara (MA) também pode ter aplicação comercial. Então, eu quero empresas de outros países pagando para fazer lançamentos aqui.

O acordo beneficia só o Brasil, pois é simplesmente uma permissão dos EUA para que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que contenham algum componente americano. Desenvolver uma área espacial no país contribui com um monte de coisas. O país vai ter soberania no momento em que a gente conseguir projetar os nossos satélites, e construir, testar, decolar e operar esses satélites. O fato de você operar o Centro Espacial de Alcântara de uma forma comercial nos dará recursos para desenvolver esses satélites no Brasil, além do desenvolvimento da região, que é muito importante também, mesmo porque você precisa desenvolver aquilo para poder atrair clientes.

A costa norte do país é muito boa para lançar em qualquer ângulo de órbita sem ter interferência no meio, por estar perto (da linha) do Equador. Algumas empresas dos EUA, do Japão e da Itália já demonstraram interesse, mas eu não estou preocupado com isso agora, porque quero, primeiro, passar o acordo no Congresso.

Dividi esse projeto em três fases. A primeira é assinatura do acordo e aprovação do acordo pelo Congresso. Uma vez aprovado, eu entro para a segunda fase, que são planos de negócio, que significa ir ao estado, conversar com as empresas internacionais, com as comunidades e com o governo local. E, na terceira fase, a gente passa para execução, que é começar os lançamentos propriamente ditos. Se for muito rápido, neste ano ainda a gente passa no Congresso. Nos seis primeiros meses do ano que vem, a gente faz esses planos de negócios, tem os ajustes necessários em mais seis meses e começa a operar em 2021.

topo ↕

INFONET - TEMPO REAL

Capex seleciona bolsistas para doutorado nos EUA

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão vinculado ao Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Yale, nos Estados Unidos, selecionará até dez projetos de doutorado para financiar bolsas de estudo no Programa **Capes-Yale** de Doutorado em Ciências Biomédicas. Os interessados têm até o dia 1º de novembro para realizar a inscrição.

Um dos requisitos para participar do processo seletivo é a comprovação do nível de proficiência da língua inglesa com notas dos testes TOEFL iBT, mínimo de 100 pontos, e no IELTS, total mínimo de 7,5 pontos.

Os selecionados receberão auxílio financeiro para despesas com passagem aérea, auxílio instalação, seguro-saúde e mensalidade, além de uma bolsa mensal de US\$ 3.045,83. A bolsa tem duração de seis anos, com renovação anual. Na oportunidade, os contemplados terão acesso a todos os recursos oferecidos pela Yale, como laboratórios e oportunidades de treinamento no Programa BBS de Yale (Yale Combined Program in the Biological and Biomedical Sciences).

A parceria **Capes-Yale** propõe visibilizar a produção científica, tecnológica e cultural do Brasil, conforme explica o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, acrescenta.

No ato da inscrição, os candidatos devem indicar umas das áreas de trabalho definidas no edital: Bioquímica; Biologia Quantitativa; Biofísica e Biologia Estrutural; Biologia Computacional e Bioinformática; Imunologia; Microbiologia; Biologia Celular Molecular, Genética e do Desenvolvimento; Medicina Molecular; Farmacologia e Fisiologia; Neurociência e Biologia molecular de planta. Dúvidas sobre o processo seletivo ou maiores informações devem ser acessadas no edital, clicando aqui.

Fonte: Agências Educa Mais Brasil

*Com informações da **Capes**

topo 

JORNAL UNIÃO - NOTÍCIAS

Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo

Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas, em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, destacou. “A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde”, listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado

ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

Programa

A parceria entre **Capes** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

Asimp/Mec

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Capes firma parceria com a Universidade de Yale

Estudantes interessados em fazer o doutorado nos Estados Unidos podem se inscrever até o dia 1º de novembro para concorrer a uma bolsa

Os estudantes que pretendem fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas pode concorrer a uma bolsa. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, vinculada ao MEC (Ministério da Educação), firmou parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos e oferece dez bolsas. As inscrições se encerram em 1º de novembro.

A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta exigência de serviço de psicologia em escolas públicas

Segundo a justificativa do governo, proposta cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica.

O veto está publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira, 9, e se dá, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita, o que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

"A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros", diz o texto.

A Presidência da República consultou os Ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MPF pede à Justiça que MEC refaça consulta pública sobre o Future-se Programa do governo Bolsonaro prevê financiamento privado nas universidades federais

Brasília

A procuradoria federal ingressou na terça-feira (8) com uma ação civil pública na Justiça para que o MEC (Ministério da Educação) realize nova consulta pública sobre o Future-se, programa da gestão Jair Bolsonaro (PSL) que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas universidades federais e atuação de organizações sociais.

Em julho, o MEC abriu uma consulta online para receber sugestões sobre a proposta que será encaminhada para o Congresso Nacional. O MPF (Ministério Público Federal) concluiu que o procedimento não cumpriu os requisitos legais mínimos e que, por isso, uma nova consulta deve ser realizada antes que o governo encaminhe o projeto.

A ação civil é assinada pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão no Rio Grande do Sul, Enrico Rodrigues de Freitas.

As irregularidades, segundo o MPF, incluem a ausência de estudos e material técnico que fundamentem a proposta e a falta de prévia divulgação de documento convocatório. A procuradoria também ressalta que a consulta foi realizada por uma organização social, sem contrato estabelecido, embora a legislação determine que consultas públicas sejam efetuadas pelo poder público em todas as etapas.

Em consequência disso, também consta na ação pedido para suspender uma portaria, de 30 de setembro, que criou um grupo de especialistas jurídicos para discutir e consolidar as propostas recebidas pelo MEC.

Realizada até 29 de agosto, a consulta recebeu mais de 55 mil sugestões, segundo dados divulgados pelo MEC. A consulta não ficou hospedada em site vinculado à pasta, mas, sim, a uma organização social chamada Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A realização prévia de consulta pública para a definição de projetos legislativos é facultativa ao executivo. No entanto, a ação ressalta que, uma vez que o MEC se propôs e divulgou a realização de uma consulta, o órgão deve seguir as exigências legais que tratam do tema.

"A consulta pública visa conferir legitimidade pela participação popular a uma proposta de alteração legislativa, geralmente de grande impacto, como a do caso em tela. Para que se atribua tal legitimidade, de fato, a uma proposta, seu resultado precisa ser fidedigno, e para tanto, há de se observar um procedimento regular", cita a ação. A ação não tem objetivo de debater o mérito, legalidade e constitucionalidade do programa, segundo o texto.

Após questionamentos do MPF sobre o atendimento das exigências, o MEC disse que se trata de uma "pré-pesquisa". O que é questionado pela procuradoria.

"Descabe tampouco ao Poder Público alterar a sua denominação em momento posterior a sua realização, para chamá-la de pré-consulta (figura inexistente nos normativos, diga-

se), de forma a buscar furtar-se ao cumprimento dos procedimentos legais e regulamentares", diz a ação.

Apresentado em julho, o Future-se prevê a criação de fundos financeiros que facilitariam o ingresso de dinheiro provado nas instituições. A proposta não conta até agora com consenso entre os reitores das universidades federais.

Parte deles questiona o foco dado às organizações sociais e, posteriormente, às fundações previsto no projeto. Também apontam riscos de o programa acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

Segundo o MEC, as organizações sociais teriam maior flexibilidade por estarem sujeitas às amarras do orçamento e ao regramento de contratação via regime jurídico único. Reitores temem enfraquecimento dos colegiados internos.

O Future-se também foi alvo de protestos em várias cidades do país no dia 13 de agosto. A proposta surgiu em meio ao contingenciamento de orçamento que atingiu as universidades —parte do dinheiro bloqueado foi liberado no mês passado.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, não tem poupado as universidades de críticas. Segundo ele, o programa vai permitir a autonomia financeira das instituições e o MEC não irá tirar recursos das universidades que não aderirem ao modelo --mas não também não haverá incremento.

Questionado pela reportagem na manhã desta quarta-feira (9), o MEC não respondeu até a publicação dessa reportagem.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta projeto que determinava serviço de psicologia na rede de educação Presidente argumentou que proposta não apresentava previsão de gastos; relatora crítica decisão

BRASÍLIA — O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente um projeto de lei que determinava a disponibilização de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública de educação. Bolsonaro alegou que a proposta não apresentava uma previsão de gastos nem estabelecia uma fonte de recursos. O veto, publicado nesta quarta-feira no Diário Oficial da União (DOU), será analisado pelo Congresso, que pode mantê-lo ou derrubá-lo.

O projeto tramitava desde 2000 e foi aprovado em definitivo em setembro pela Câmara. O texto prevê que uma equipe deve "desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem". A medida valeria para a educação básica, que vai da pré-escola até o ensino médio. Não haveria um profissional para cada escola, mas sim uma equipe para toda a rede de ensino.

Em mensagem enviada ao Congresso, Bolsonaro alegou que os ministérios da Educação e da Saúde orientaram pelo veto, já que o projeto "cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros".

Entretanto, a relatora do projeto, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), alega que o

argumento é "completamente inconsistente", porque não seria necessários criar novas vagas, sendo possível remanejar as já existentes. Jandira considera que o presidente manifestou "desprezo" pelo Congresso e anunciou uma articulação para derrubar o veto.

— É um argumento completamente inconsistente, porque o projeto não necessariamente tem impacto financeiro. São profissionais já estão na rede, é possível realocar. Será mais um veto que ele vai perder. Ele desrespeitou uma decisão quase unânime da casa. O próprio governo orientou a favor desse projeto — critica a deputada.

topo ↕

CONGRESSO EM FOCO - TEMPO REAL

Bolsonaro veta exigência de serviço social e atendimento psicológico na educação básica

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o projeto de lei que obrigava as redes públicas de educação básica a oferecerem serviço social e de psicologia. Bolsonaro alegou que a proposta é inconstitucional e contrária ao interesse público.

De acordo com o presidente, a proposta cria despesa, por exigir a criação de uma equipe multiprofissional para atender os estudantes, mas não indica o impacto financeiro e orçamentário da medida nem de onde virão os recursos necessários para sua implantação.

Diz o presidente na justificativa do veto, publicada na edição desta quarta-feira (9) do Diário Oficial da União:

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei 13.707, de 2018).”

Pelo projeto aprovado pelo Congresso, as redes públicas de educação básica teriam de oferecer serviços social e de Psicologia para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas educacionais, por meio de equipes multiprofissionais.

Caberia a esses profissionais desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, para promover o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complemento à ação da família e da comunidade.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas

Segundo explicação do governo para o veto, a proposta criaria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita; deputados de oposição criticam

São Paulo — O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (09). Segundo explicação do governo para o veto, a proposta criaria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio”, diz trecho da portaria.

O presidente diz, ainda, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria, que segundo avaliação viola “as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018)”.

O veto do presidente, no entanto, ainda pode ser derrubado pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta dos votos.

Deputados de oposição, como a deputada do PT Erika Kokay e a líder da minoria, Jandira Feghali, já divulgaram que vão atuar para retomar o projeto.

Bolsonaro veta lei que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas, serviços essenciais para a comunidade escolar em tempos de ódio, bullying e aumento do suicídio entre jovens. Vamos atuar para derrubar o veto no Congresso Nacional!

— Erika Kokay (@erikakokay) October 9, 2019

Bolsonaro vetou integralmente, o PL 3.688/00 que obrigava que as redes públicas de educação básica dispusessem de serviços de psicologia e de serviço social. Mais um retrocesso. A luta agora é pela derrubada do veto!

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Bolsonaro veta projeto que exige psicólogos em escolas públicas Segundo justificativa do Planalto, proposta cria despesas ao Executivo sem indicar uma fonte de receita; relatora vê retrocesso

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) vetou integralmente um projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas escolas da rede pública de educação. O veto está publicado na edição do Diário Oficial da União desta quarta-feira, 9, e se dá, segundo explicação do governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

“A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros”, argumenta a Presidência da República, que consultou os ministérios da Saúde e da Educação.

O projeto aprovado que determina que as escolas públicas ofereçam serviços de psicologia foi aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados e aguardava sanção presidencial. A medida, caso fosse aprovada, valeria para a educação básica e os ensinos fundamental e médio. De acordo com o texto do projeto, os estudantes seriam atendidos por equipes multiprofissionais — formadas por especialistas de diferentes áreas complementares.

“As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações voltadas para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais”, complementa o texto.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora do projeto no plenário da Câmara, afirmou que o veto do projeto é um “mais um retrocesso”. “Bolsonaro vetou integralmente, o PL 3.688/2000 que obrigava que as redes públicas de educação básica dispusessem de serviços de psicologia e de serviço social. Mais um retrocesso. A luta agora é pela derrubada do veto!”, disse pelas redes sociais.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro veta PL que exigia psicologia e assistência social em escolas públicas

O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente projeto de lei que tornava obrigatória a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. O veto está publicado no Diário Oficial da União (DOU) e se dá, segundo explica o governo, porque cria despesas ao Poder Executivo sem indicar uma fonte de receita.

"A propositura legislativa, ao estabelecer a obrigatoriedade de que as redes públicas de educação básica disponham de serviços de psicologia e de serviço social, por meio de equipes multiprofissionais, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e ainda do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 (Lei nº 13.707, de 2018)", argumenta a Presidência da República, que ouviu os ministérios da Educação e da Saúde para decidir pelo veto à matéria.